

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALINE RODRIGUES PEREIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: A REALIDADE DO PLANEJAMENTO DOCENTE E
ABORDAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

FREDERICO WESTPHALEN

2024

ALINE RODRIGUES PEREIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: A REALIDADE DO PLANEJAMENTO DOCENTE E
ABORDAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Cadoná

FREDERICO WESTPHALEN

2024

P489e Pereira, Aline Rodrigues

Educação sexual : a realidade do planejamento docente e abordagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental / Aline Rodrigues Pereira. – 2024.
99 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2024.

Orientadora: Dra. Eliane Cadoná.

1. Educação sexual. 2. BNCC. 3. Orientação sexual. 4. Práticas pedagógicas. I. Cadoná, Eliane. II. Título.

CDU 37

ALINE RODRIGUES PEREIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: A REALIDADE DO PLANEJAMENTO DOCENTE E
ABORDAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – *Campus* de Frederico Westphalen, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Cadoná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Elaine Cadoná – Orientadora

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen

Profa. Dra. Laísa Veroneze Bisol

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen

Prof. Dr. Telmo Marcon

Instituição: Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo

Frederico Westphalen

2024

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen/RS

Direção do Campus

Diretora Geral: Prof.^a Dr.^a Elisabete Cerutti

Diretora Acadêmica: Prof.^a Dr.^a Carlos e. B. Linhares

Diretor Administrativo: Prof. Dr. Alzenir de Vargas

Departamento/Curso

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação –
Mestrado e Doutorado em Educação: Prof.^a Dr.^a Luci Mary Duso Pacheco

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Eliane Cadoná

Mestranda

Aline Rodrigues Pereira

Linha de Pesquisa

Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias

“A educação sexual é o inverso da erotização da criança. Ela tem a finalidade de levar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, para que as pessoas entendam de onde vieram”.

(Mary Neide Figueiró¹, 2018).

¹ In: DARC, Larissa. **Por que é importante falar de educação sexual nas escolas**. Publicado em: 16 nov. 2018. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/noticias/noticias-2018/por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>

RESUMO

A pesquisa investiga o espaço dedicado à educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando o contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a perspectiva dos professores. A BNCC, documento orientador das práticas educacionais no Brasil, visa promover uma educação integral que contemple os aspectos cognitivos, os socioemocionais e afetivos dos alunos. A educação sexual se destaca como uma questão importante, já que envolve a formação de valores, atitudes e comportamentos relacionados à sexualidade de maneira saudável e responsável. A pesquisa busca responder qual é o espaço atribuído à educação sexual para crianças nas séries iniciais do ensino fundamental, no contexto da BNCC, sob a ótica dos docentes. O objetivo geral é discutir esse espaço, e traçar objetivos específicos como: compreender a finalidade da educação sexual na BNCC e suas contribuições para o processo de orientação sexual; analisar a concepção de educação sexual segundo os docentes; e entender como as crianças assimilam essa orientação no seu desenvolvimento, de acordo com a perspectiva dos professores. Justifica-se essa investigação pela importância de um desenvolvimento saudável da sexualidade infantil, que influencia o crescimento cognitivo e a formação da identidade das crianças. Adotou-se uma abordagem qualitativa, descritiva, com aplicação de entrevistas a professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental em quatro escolas de Nova Xavantina – MT. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise do discurso. Os resultados mostraram que há uma diversidade de perspectivas entre os/as docentes entrevistados/as. Alguns/mas consideram que a BNCC precisa fornecer mais direcionamentos específicos sobre educação sexual, enquanto outros/as acreditam que esses temas já estão integrados de forma consistente em seus planejamentos. No entanto, foi identificado que a BNCC aborda de maneira limitada a educação sexual, deixando lacunas preocupantes, considerando a importância desse tema para o desenvolvimento integral dos alunos. A conclusão aponta que, apesar dos desafios relacionados à formação docente e à resistência de alguns setores da comunidade escolar, a inclusão da educação sexual nas práticas pedagógicas das séries iniciais é essencial para promover o respeito à diversidade, a autonomia corporal e a construção de relações saudáveis. Recomenda-se a implementação de programas de formação continuada para professores, focados na educação sexual, e a criação de espaços de diálogo entre escola, famílias e comunidade para alinhar expectativas e promover um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.

Palavras-chave: Educação Sexual, BNCC, Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The research investigates the space dedicated to sex education in the early grades of primary school, considering the context of the implementation of the National Common Core Curriculum (BNCC) and the perspective of teachers. The BNCC, a guiding document for educational practices in Brazil, aims to promote a comprehensive education that takes into account the cognitive, socio-emotional and affective aspects of students. Sex education stands out as an important issue, since it involves the formation of values, attitudes and behaviors related to sexuality in a healthy and responsible way. The research seeks to answer what space is given to sex education for children in the early grades of primary school, in the context of the BNCC, from the teachers' point of view. The general objective is to discuss this space, and it has specific objectives such as: understanding the purpose of sex education in the BNCC and its contributions to the process of sexual orientation; analyzing the conception of sex education according to the teachers; and understanding how children assimilate this orientation in their development, according to the teachers' perspective. This research is justified by the importance of the healthy development of children's sexuality, which influences their cognitive growth and identity formation. A qualitative, descriptive approach was adopted, using interviews with teachers from the fourth and fifth years of primary school in four schools in Nova Xavantina - MT. The data was analyzed using the discourse analysis technique. The results showed that there is a diversity of perspectives among the teachers interviewed. Some consider that the BNCC needs to provide more specific guidance on sex education, while others believe that these themes are already consistently integrated into their planning. However, it was identified that the BNCC addresses sex education in a limited way, leaving worrying gaps, considering the importance of this topic for the integral development of students. The conclusion points out that, despite the challenges related to teacher training and the resistance of some sectors of the school community, the inclusion of sex education in the pedagogical practices of the early grades is essential to promote respect for diversity, bodily autonomy and the construction of healthy relationships. We recommend the implementation of continuing training programmes for teachers focused on sex education and the creation of spaces for dialogue between schools, families and the community to align expectations and promote an inclusive and respectful school environment.

Keywords: Sex Education, BNCC, Primary Education.

Translated with DeepL.com (free version)

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dados de estupro por idade	14
Figura 2 Unidades temáticas: Vida e evolução	45
Gráfico 1 Educação sexual AND Ensino Fundamental	27
Quadro 1. Desenho metodológico da pesquisa	52
Quadro 2. Universo de pesquisa	53
Quadro 3. Amostra por escola	55
Tabela 1 - Sexualidade e séries iniciais	25
Tabela 2 Trabalhos selecionados para compor o aporte teórico	29
Tabela 3 - Correspondência entre perguntas de pesquisa e entrevista dos professores	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Estado do Conhecimento	20
1.2 O que falam as pesquisas sobre a educação sexual nas escolas	30
1.3 A pesquisadora	34
2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NA PERSPECTIVA DOCENTE DIANTE DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC	36
2.1 Sexualidade: conceitos e abordagens	36
2.2 Educação Sexual e orientação sexual: o que trazem os documentos e os estudos?	39
2.3 A importância da Educação Sexual no ensino fundamental	47
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	50
4. EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E ESCOLA: COM A PALAVRA, OS E AS PROFESSORAS	63
4.1 Orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, BNCC e sua articulação com o trabalho docente	64
4.2 684.3 Perspectivas de professores/as sobre a assimilação da orientação sexual por crianças no ensino fundamental	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	91
Anexo 1. Modelo de Entrevista com Professores	94
Apêndice 1. Termo de Autorização para a realização da pesquisa com docentes	95
Apêndice 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos sujeitos (professores) da pesquisa	96

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é educação sexual no âmbito escolar nas séries iniciais do ensino fundamental. A proposta está inserida na Linha de Pesquisa Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias, na Área de Interesse sobre “Práticas discursivas e produção de sentidos cotidianos. Estudos de Gênero. Mídia e Educação. Discurso, sociedade e constituição do sujeito”.

O tema Educação Sexual tem sido debatido pela sociedade ainda com muito receio e até preconceito, dada a forma com a qual é tratado, ainda que muito se tenha evoluído nesse sentido. Não se trata de naturalizar a educação sexual – como se fosse um tema sem cunho formativo ou que não requer conhecimento aprofundado -, mas sim de debatê-la com zelo e cientificidade, sem desconsiderar os demais saberes produzidos em torno dele, e que fazem parte do cotidiano da escola, das famílias e das relações sociais.

Entendemos que a responsabilidade de educar as crianças para o entendimento sobre sexo e sexualidade é de maior responsabilidade da família do que dos professores, considerando que primeiros questionamentos se dão em seu ambiente familiar. Após a educação familiar, segue-se a educação escolar e os professores são incumbidos de compartilhar com as crianças os conhecimentos normatizados pela escola, convivendo assim com as mais diversas e emaranhadas questões que as crianças levam para a sala de aula. (Silva, 2015, p. 22).

E falar sobre Educação Sexual, na escola, apesar dos avanços dos últimos anos, não é tão simples e corriqueiro. Há aqueles/as que acreditam que, ao tratar sobre a temática, as crianças serão erotizadas, ensinadas a ter relação sexual e estimuladas à iniciação sexual precoce. Há, também, os/as que defendem a inserção dessa temática no espaço escolar, compreendendo a sua importância para além do conhecimento do corpo, contribuindo no desenvolvimento da autoestima, no ensino sobre o exercício da sexualidade de forma segura e responsável e na proteção contra as violências sexuais.

Porém, cabe ressaltar que as posturas não são tão dualistas assim, e que, no que tange à temática em questão, há vários posicionamentos quando o assunto é sexualidade na escola. Por exemplo: dentre aqueles/as que defendem trabalhá-lo no espaço escolar, há os/as que o tratam com postura conservadora, outros de forma comedida, e outros/as ainda a partir das demandas das crianças. Em outras palavras, compreender a importância de tratar o assunto em sala de aula não significa tornar o

tema parte do debate, de forma crítica, mas trazê-lo com o objetivo de controlar os corpos e os desejos das crianças.

A educação, em sua totalidade, é um direito de todos/as e, não sem motivos, é defendida e amparada por leis, como é o caso do Art. 205, da Constituição Federal, e do Art. 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de Dezembro de 1996, que a considera como um “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2016, p. 8).

Nesse contexto, a Educação Sexual está presente também, no artigo 10, da Declaração dos Direitos Sexuais, organizada pela *World Association for Sexual Health* (WAS), em 1997, onde diz que “todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora, processo que dura a vida toda, desde o nascimento e pela vida afora e deveria envolver todas as instituições sociais” (Associação Mundial Pela Saúde Sexual, 2014).

Sabe-se que as curiosidades das crianças a respeito da sexualidade são questões muito significativas para a construção da subjetividade, na medida em que se relacionam com o conhecimento das origens de cada um/a e com o desejo de saber, o que é natural, segundo estudos sobre o desenvolvimento infantil, como os realizados por Piaget, em suas obras: *A construção do real na criança* (1975); *O Julgamento moral na criança* (1977); *A Epistemologia genética; Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética* (1983). A satisfação dessas curiosidades contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não satisfação gera ansiedade, tensão e, eventualmente, inibição da capacidade investigativa.

A oferta, por parte da escola, de um espaço em que as crianças possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões, pode contribuir para o alívio das ansiedades que muitas vezes interferem no aprendizado dos conteúdos escolares. Ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, a escola o incluirá no seu projeto educativo. Isso implica uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho de Orientação Sexual e sua explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos/as alunos/as.

Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões

relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos/às alunos/as. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho.

Com base na preocupação de formar adultos/as conscientes e capazes de compreender a natureza das relações humanas, bem como as diferenças e peculiaridades, e, sobretudo, naquilo que diz respeito à sexualidade, o Ministério da Educação sugere que a Educação Sexual deva estar presente no currículo das escolas desde a mais tenra idade, como um tema transversal, ou seja, não se tratando de uma disciplina obrigatória e fixa da grade curricular, mas atrelada a todas as matérias.

Tal sugestão está descrita nos PCNs, que são os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), documento responsável pela adequação e equação do ensino no Brasil. Por outro lado, esse documento é uma sugestão do governo, e, portanto, a não obrigatoriedade do ensino de tal temática demonstra o preconceito que ainda é fortemente enraizado e presente na cultura brasileira. Os PCNs foram o primeiro reconhecimento de porte Nacional, que legitimou a necessidade e importância da implantação de programas de orientação de Educação Sexual nas escolas que atendem crianças e adolescentes.

No entanto, há uma dicotomia em relação à inclusão da Educação Sexual nas escolas, uma vez que a temática está indicada no currículo, mas é essencial que sejam dados subsídios aos/às profissionais da Educação para que eles/as possam ser capazes de orientar corretamente seus/as educandos/as. Dessa forma, ao mesmo passo em que há a necessidade da presença da Educação Sexual nas escolas, não se pode esquecer da importância de formar profissionais preparados/as e qualificados/as para lidar com tais temáticas.

É considerando os princípios orientadores da Educação Sexual no ambiente escolar que discutimos como o tema se apresenta no planejamento docente e a forma de abordagem nas séries iniciais do ensino fundamental.

Os dados publicados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, no ano de 2020, evidenciam e respaldam a necessidade de tratar os elementos relacionados à Educação Sexual em face ao crescente número de ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um

aumento de quase 14% em relação a 2018. A violência sexual figura em 11% das denúncias que se referem a este grupo específico, o que corresponde a 17 mil ocorrências. (DMHC, 2020, n.p.).

Nessa oportunidade, a então ministra dos direitos humanos enfatizou o quanto importante é refletir diante desses resultados, afirmando que esses dados contribuem para com a sociedade, que deve buscar formas de trabalhar o tema, principalmente porque mostra a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes. Tal fato merece muita atenção, até porque os dados alcançam informações que poucos têm visão ou conhecimento.

O crime é classificado em abuso ou exploração sexual, sendo a principal diferenciação o fator lucro. Enquanto o abuso sexual é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual, a exploração é mediada por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca. O levantamento da ONDH permitiu identificar que a violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias. O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros e, igualmente, de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas. (DMHC, 2020, n.p.).

Dados como esses precisam chegar às escolas e às famílias, ao conhecimento das crianças e adolescentes, para que saibam diferenciar, por exemplo, carinho de carícias, dentre outros sinais de violência sexual, nem sempre percebidos por eles/as. Trata-se de conhecer os comportamentos dos quais incorrem esse tipo de problema e como atuar (a vítima), onde e como denunciar, de forma segura. Por mais que o problema seja, por vezes, velado nas famílias, é preciso ponderar os sentimentos, o sofrimento físico e psicológico vivido, o presente e o futuro de uma criança que tenha sofrido qualquer tipo de violência. Um problema como esse pode afetar negativamente toda a sua vida, principalmente se o fato não for cuidado desde a sua conscientização.

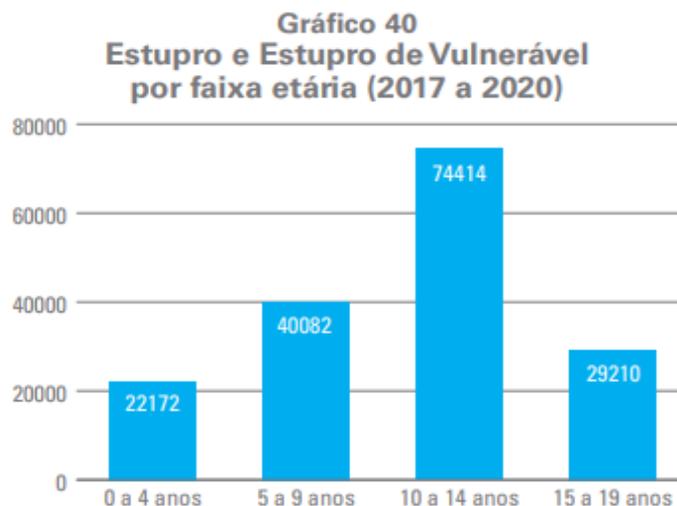
O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF publicou, em 2021, o “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”. Dados desse documento revelam que entre os anos de 2017 e 2020,

Foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos [...]. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas [...]. A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina – quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de violência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. [...] A maioria dos casos de violência sexual ocorre

na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas. Em 2020 – ano marcado pela pandemia de covid-19 – houve uma pequena queda no número de registros de violência sexual. No entanto, analisando mês a mês, observamos que, em relação aos padrões históricos, a queda se deve basicamente ao baixo número de registros entre março e maio de 2020 – justamente o período em que as medidas de isolamento social estavam mais fortes no Brasil. Esta queda provavelmente representa um aumento da subnotificação, não de fato uma redução nas ocorrências. (UNICEF, 2021, p. 6).

São dados que exprimem o quanto as crianças e os/as adolescentes estão expostos/as à violência e ao abuso sexual, em muitos casos, que poderiam ser evitados se eles tivessem determinados conhecimentos, mas não somente isso. Não cabe à vítima a responsabilidade de dar conta da situação. A comunidade, como um todo, precisa se mobilizar e estar atenta a pequenos sinais, e é na escola que, muitas vezes, eles aparecem quando são tratados esses assuntos.

Figura 1 - Dados de estupro por idade



Fonte: UNICEF (2021, p. 34).

Na figura acima, o triste retrato do estupro de crianças e adolescentes no Brasil evidencia que esse tipo de crime atinge vítimas de todas as idades, incluindo bebês, acentuando-se quando a criança está entre 10 e 14 anos. Infelizmente, conforme afirma a UNICEF, o quadro é ainda pior por não constar, nesses dados, os crimes com adolescentes de mais de 13 anos, pois,

Possivelmente, muitos casos de crimes contra pessoas de mais de 13 anos não são registrados em Boletins de Ocorrência devido às diferenças de

percepção e comportamento social em relação à vitimização de uma adolescente e a de uma criança – o que não significa que o crime não tenha acontecido, apenas não foi notificado. Entretanto, mesmo levando em conta essa ressalva, o fato é que o estupro é um crime que afeta crianças. As vítimas de 0 a 9 anos representam 38% dos casos com vítimas de até 19 anos. (UNICEF, 2021, p. 35).

Dois elementos importantes são destacados: percepção e comportamento social – e estes podem ser abordados na Educação para a sexualidade, de modo especial porque o crime atinge crianças de todas as idades, de ambos os sexos, de todas as raças e classes sociais, alguns em ambiente familiar e outros externos a ele. A UNICEF (2021, p. 48) afirma que houve “aumento proporcional de crimes causados por desconhecidos nas faixas etárias de 0 a 14 anos, enquanto aumentou a proporção de crimes por conhecidos quando as vítimas tinham entre 15 e 19 anos”. São dados que têm a possibilidade de se tornarem menores, com auxílio de abordagem e envolvimento das escolas.

Dados como esses, segundo Britto (2022, n.p.) levam famílias a apoiar a Educação para a sexualidade nas escolas. Com base em notícias que envolvem violência sexual contra crianças e aborto, a autora afirma que “Um dos grandes aliados nesse combate à violência sexual de crianças e adolescentes é a escola”. E apresenta a fala de uma advogada, a qual afirma que “A escola pode ajudar (e já ajuda) na identificação e denúncia, mas, sobretudo, na prevenção. Muitas vezes o/a abusador/a se aproveita da inocência da criança e, se ela tiver consciência, dependendo da situação, pode mesmo evitar que o abuso ocorra”. Britto (2022) expõe que a visão da advogada é respaldada pela opinião pública:

Novos dados da pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos mostram que 91% da população concorda que a educação sexual ajuda crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual. Além disso, 96% defendem que as escolas devem oferecer informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e como preveni-las e 93% são favoráveis a que as(os) estudantes recebam, nas escolas, informações sobre como evitar uma gravidez indesejada. Sete em cada dez acreditam que a instituição de ensino está mais preparada que os pais para explicar temas como puberdade e sexualidade. (Britto, 2022, n.p.).

Além disso, existem campanhas que trabalham com a conscientização, prevenção, orientação e combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo a DMHC (2020, n.p.), “A proposta é tirar o tema da invisibilidade, informando, sensibilizando, mobilizando e convocando toda a

sociedade a participar da causa em defesa dos direitos de crianças e adolescentes”. Esse tipo de serviço cabe também à escola, nos temas transversais, como orientam os PCNs (Brasil, 1998) de Orientação Sexual. De acordo com esse mesmo documento,

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades. (Brasil, 1998, p. 311).

Tanto o documento (Brasil, 1998) quanto Britto (2022) reconhecem a importância da Educação Sexual nas escolas e seu papel na formação integral dos/as alunos/as, por meio de uma abordagem responsável de professores/as, para que esses promovam o respeito a si mesmo e ao outro, como pleno exercício do/a aluno/a cidadão/a.

Segundo Britto (2022), a opinião pública (81%) concorda que nas escolas sejam trabalhados temas sobre igualdade de gênero, sem censura ou “pânico moral”. E isso pode ser feito contando com documentos como o “Manual de defesa contra censura nas escolas”, publicado em fevereiro de 2022, após estudo formado por mais de 80 entidades de educação e direitos humanos. “A publicação apresenta orientações jurídicas e estratégias político-pedagógicas em defesa da liberdade de aprender e de ensinar, baseadas em normas nacionais e internacionais e na jurisprudência brasileira”, explica Britto (2022, n. p.).

Para garantir a coerência, ao tratar da Educação Sexual nas séries iniciais do ensino fundamental e a tão grande multiplicidade de valores, a escola precisa estar consciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão como parte do processo de formação permanente de todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo.

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, por meio das relações familiares, onde nem sempre se fala com a devida clareza. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os/as adolescentes os assumam. A existência de tabus em famílias mais conservadoras não exime a escola de trabalhar a temática dentro daquilo que lhe cabe, conforme os PCNs de Orientação Sexual,

As manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar,

ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na idéia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família. Na prática, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem. O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças e jovens. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais vai construindo e expressando a sua sexualidade. (Brasil, 1998, p. 291).

Dessa forma, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o/a aluno/a a construir um ponto de autorreferência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, o que exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação que devem estar bem preparados para uma abordagem coerente e respeitosa, e assim, “desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa”, como prezam os PCNs (Brasil, 1998, p. 292).

O trabalho de Orientação Sexual na escola pode ser feito problematizando, questionando e ampliando o leque de conhecimentos e de opções para que o/a aluno/a reconheça seu desenvolvimento e de seu corpo, como algo natural do ser humano e de acordo com a sua faixa etária. Como tema transversal, segundo os PCNs,

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (Brasil, 1998, p. 293).

A Orientação Sexual aqui proposta deve se adequar à demanda de cada turma, contexto e faixa etária, e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e adolescentes – estudantes das séries iniciais do ensino fundamental, a discriminarem o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como vivência pessoal. Esse tipo de conduta diz respeito

aos limites que a orientação sexual, como parte do currículo, deve seguir.

Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano. O trabalho sistemático de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, também, com a promoção da saúde das crianças, dos adolescentes e dos jovens. A existência desse trabalho possibilita a realização de ações preventivas das doenças sexualmente transmissíveis/Aids de forma mais eficaz. (Brasil, 1998, p. 293).

Logo, sendo a escola uma instituição com importante papel na construção da identidade das pessoas e dos coletivos, ela se torna responsável em ser um espaço que, além da aprendizagem, vise ao desenvolvimento pleno do/a educando/a nas suas esferas históricas, morais, culturais e éticas, inserindo-o na sociedade.

A relevância acadêmica e científica dessa pesquisa está na possibilidade de tratar o tema Orientação Sexual no âmbito escolar de forma científica, inserida como proposta de Dissertação de Mestrado em Educação. A relevância social está na oportunidade de apresentar à sociedade a forma como o tema de fato é planejado e abordado nas séries iniciais do ensino fundamental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNs (BRASIL, 2013, p. 105) tratam sobre gênero e orientação sexual como temas intrínsecos aos direitos civis: “A luta pelos direitos civis baseou-se, historicamente, na luta pela igualdade, perante a Lei, de todas as camadas da população, independente de origem social, credo religioso, cor, etnia, gênero e orientação sexual”. Conforme o Artigo 16º da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010,

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (Brasil, 2013, p. 134).

Assim, esse mesmo documento rege que sejam trabalhados de forma integrada alguns temas como a sexualidade e gênero, utilizando de uma abordagem pedagógica que proporcione aos/às alunos/as a construção dos conhecimentos de forma ética e

inclusiva. E que, ao abordar sexualidade e gênero, a escola o faça respeitando a faixa etária dos/as alunos/as, bem como as normativas legais e as políticas educacionais em vigor, visando ao desenvolvimento integral dos/as estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018, p. 348) trata o tema **Sexualidade** juntamente com o tema **Mecanismo reprodutivos**, focando somente no final do ensino fundamental, mais especificamente na unidade temática **Vida e evolução**, na disciplina de **Ciências da Natureza**. A temática é trabalhada em cinco Habilidades específicas, primordiais para que os/as alunos/as compreendam mais profundamente questões relacionadas à Biologia e à Saúde Sexual e possam refletir sobre o que trazem as habilidades e, com responsabilidade, aplicá-las em suas tomadas de decisões. São abordadas questões sobre a puberdade, a reprodução, a contracepção e a educação sexual.

Embora haja visibilidade da temática nos documentos em questão, percebe-se ainda o caráter biologicista que assume, o que denuncia que ainda atrelamos temas como sexualidade à reprodução e à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis. É preciso avançar, já que a Educação para a Sexualidade pede que o tema seja tratado de forma integrada, envolvendo diversas disciplinas e áreas e sendo reconhecido como um fenômeno que perpassa aspectos sociais, psicológicos, culturais, políticos e econômicos, e que também não se restrinjam ao domínio do espaço privado.

A pesquisa apresenta-se em quatro capítulos. Neste primeiro tratamos da Introdução, no qual apresentamos o tema e a relevância da pesquisa sobre educação sexual nas escolas, destacando a implementação da BNCC. Contextualizamos o estado atual do conhecimento, delineando a problemática e os objetivos do estudo; explora as principais contribuições teóricas e pesquisas existentes sobre educação sexual, oferecendo um panorama do conhecimento acumulado até o momento. Analisamos o que as pesquisas científicas revelam sobre a educação sexual no contexto escolar, abordando desafios e avanços. A autora se posiciona no estudo, apresentando sua trajetória e perspectivas pessoais e profissionais.

O Capítulo 2 discute a educação sexual a partir das orientações da BNCC e o impacto dessa política no trabalho docente. Abordamos as definições e teorias sobre sexualidade, elucidando diferentes perspectivas; analisamos as diretrizes dos documentos oficiais e estudos relevantes, com foco em como a BNCC integra a

orientação sexual; destacamos a relevância da educação sexual para o desenvolvimento infantil e o papel da escola nesse processo.

O Capítulo 3 descreve a metodologia adotada na pesquisa, detalhando os instrumentos, procedimentos e critérios de análise utilizados para coleta e tratamento dos dados.

No Capítulo 4 apresentamos e analisamos as percepções dos docentes sobre a implementação da orientação sexual nas escolas; discutimos como a orientação sexual é trabalhada nas séries iniciais e como se articula com a prática pedagógica; focamos na conceituação e no planejamento pedagógico dos professores em relação à educação sexual; exploramos as percepções dos docentes sobre a receptividade e assimilação da orientação sexual por parte das crianças.

Finalizados os capítulos, apresentamos as Considerações Finais, uma síntese dos resultados encontrados, discutindo as principais conclusões e reflexões sobre os desafios e possibilidades da educação sexual nas escolas.

Ao final, reunimos todas as fontes bibliográficas consultadas e utilizadas ao longo do trabalho, bem como o Anexo e Apêndices, incluindo documentos complementares, como o modelo de entrevista com professores e os termos de consentimento para a participação na pesquisa.

1.1 Estado do Conhecimento

O principal objetivo dessa pesquisa é discutir o espaço dado à educação sexual de crianças das séries iniciais do ensino fundamental, no contexto de implementação da BNCC, na perspectiva docente. Espera-se que a orientação sexual trabalhada em âmbito escolar leve a criança a conhecer seu corpo e compreender as transformações que ocorrem em seu desenvolvimento, sabendo como lidar com sua sexualidade de forma saudável. Nessa perspectiva, enfatiza-se a importância de projetos nas escolas, que permitam maiores informações e esclarecimentos sobre educação e orientação sexual.

A criança aprende, desde muito cedo, e por intermédio do relacionamento afetivo estabelecido com seus familiares, a vivenciar sua sexualidade. É por meio dessas relações, em conjunto aos seus aspectos subjetivos e ao modo como internaliza a cultura, que vai formar sua identidade. Certamente, ela aprende com o que presencia do relacionamento entre seus pais e/ou cuidadores/as, mas também

sofre influências de outros contextos. Durante seu desenvolvimento, a criança vai se observando, mesmo que não compreenda as diferenças entre seu corpo e o corpo de um adulto do mesmo ou do outro sexo, passando muitas vezes a explorar seu próprio corpo por curiosidade.

Ao tratar da sexualidade na infância e na adolescência, os PCNs (s/d) trazem as seguintes afirmações:

Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas também com todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação de relações de gênero. Essas representações absorvidas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (Brasil, s/d, p. 81).

As primeiras atitudes iniciam-se em torno dos três anos de idade, dependendo diretamente do meio em que a criança convive e dos estímulos que recebe. As crianças não exercem atitudes eróticas se valendo de interesses e motivações sexuais. São, na verdade, comportamentos copiados e repetidos daquilo que a criança vê ou ouve falar.

O tratamento da sexualidade nas séries iniciais poderá permitir à criança encontrar na escola um espaço de informação e formação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca.

Descobrir o corpo e como ele pode dar prazer (o corpo erótico) faz parte do desenvolvimento da criança. Ao perceber a sensação gostosa que o toque provoca, ela vai querer repetir o ato. Uma conversa discreta, sem expor ou humilhar ninguém, ajuda a definir o limite entre o privado e o público, sem julgar o ato em si, o que retrata a abordagem à sexualidade muitas vezes como um tabu, um assunto a ser tratado numa idade “mais madura” e de forma muito discreta com a criança, somente quando ela muito insistir, ou ainda, com um tom punitivo, insinuando que é errado, por exemplo, sentir um desejo. Amaral (2007) explica que a sexualidade é muito complexa,

É um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (Amaral, 2007, p. 3).

Ao reconhecer os fatores que influenciam na sexualidade, é possível imaginarmos que tratá-la de modo a considerar cada um deles, é quase que impossível em âmbito escolar. No entanto, a educação sexual visa conscientizar crianças e adolescentes sobre o desenvolvimento natural de seu corpo, como lidar com ele, realizar um trabalho preventivo (violências, gravidez precoce, ISTs – Infecção Sexualmente Transmissível e outros assuntos relacionados). Na realidade, a escola estará realizando uma abordagem biológica, social, histórica e cultural referente à sexualidade.

O tema sempre foi permeado de discussões e debates imersos em outros temas pelo movimento feminista, e por estudiosos, como Freud. Como Explica Amaral (2007),

Freud foi um pioneiro no estudo da sexualidade humana. Em 1905, ele publicou um livro, chamado “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, que causou grande impacto na sociedade da época. Nele, defende a manifestação da sexualidade em fases muito mais precoces do desenvolvimento: está presente na criança desde o seu nascimento. É interessante observar a idéia que se tinha sobre o assunto no início do século XX e a concepção defendida por Freud, porque ainda hoje esse tipo de afirmação pode causar inquietação em algumas pessoas. (Amaral, 2007, p. 4).

Na realidade, mais de cem anos se passaram e a inquietação permanece. Não é confortável para a maioria dos pais a educação sexual na escola. A visão que se tem é de que suas crianças serão ensinadas não somente sobre os fatores biológicos e sociais (corpo, genética, prevenção, etc.), mas sobre assuntos e temas relacionados às práticas sexuais, por exemplo. É preciso desmitificar essa ideia e esclarecer como a educação sexual é trabalhada e seu objetivo, os documentos que a embasam, e a sua importância.

Para sabermos o que os estudos têm revelado sobre a temática, realizamos um levantamento entre os meses de setembro a novembro de 2022, para construir o

Estado do Conhecimento, visando mapear, identificar e classificar Dissertações de Mestrado (DM) e Teses de Doutorado (TD) de universidades brasileiras, coletadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do CAPES, correspondentes ao período de 2011 a 2021, ou seja, nos últimos 10 anos. Para tanto, selecionamos para consulta os descritores: *Sexualidade AND anos iniciais*; foram encontrados 1000 trabalhos, divididos em 800 dissertações e 200 teses.

Após a utilização dos filtros 1 e 2, chegamos à quantidade de 254 títulos, sendo 187 dissertações e 67 teses. Utilizamos o filtro *área de conhecimento*, chegando a 34 trabalhos, sendo 22 dissertações e 12 teses. Após a triagem, procedeu-se à leitura dos resumos, tendo como parâmetro a preponderância do tema, bem como a sua pertinência para a pesquisa, finalizando a seleção com 03 dissertações de Mestrado. Durante o processo, buscou-se também identificar algumas vertentes relevantes já pesquisadas nesta linha de estudo e verificar que aspectos vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes contextos e períodos.

Embora tenham sido encontrados alguns trabalhos bem interessantes, que, certamente, contribuirão no desenvolvimento do presente estudo, apuramos que os trabalhos são mais voltados para o Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio.

Gráfico 1 - Sexualidade e anos iniciais



Fonte: Elaboração da autora, com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Fernandes (2020), em sua tese de mestrado, com o tema A educação para a sexualidade nos anos iniciais relata que, em uma sociedade cuja mídia proporciona, ininterruptamente, o acesso dos/as cidadãos/as a conteúdos referentes à sexualidade, falar sobre isso, abordando seus aspectos biológicos, culturais e sociais, ainda causa polêmicas e divide opiniões, ainda mais quando abordada no espaço escolar.

Segundo a autora, a escola, instituição social, tem o dever de oportunizar, para além da aprendizagem, o desenvolvimento integral do/a estudante nas esferas intelectuais, históricas, morais, culturais e éticas, inserindo-os/as na sociedade e promovendo espaços para o diálogo, onde dúvidas e tabus não sejam perpetuados.

Fernandes (2020) desenvolveu um trabalho com o objetivo de investigar quais são as contribuições da discussão acerca da Educação para Sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para alcançar esse objetivo, a autora realizou uma pesquisa qualitativa com intervenção pedagógica, em uma escola da rede municipal de ensino de Curitiba, com estudantes do 5º ano, em quatro etapas: pré-elaboração da sequência didática, aprovação, validação e implementação. Dentre os principais resultados, a autora afirma que ainda a abordagem a determinados temas, como as ISTs, é arraigada de tabus e preconceitos que levam tempo para ser superados e reconstruídos, mesmo com a estratégia de intervenção utilizada nesse trabalho. E conclui que, a relação do Ensino de Ciências com a Educação para Sexualidade tende a ser promissora.

Mesquita (2018), em sua tese de mestrado, com o tema *Percepções docentes* discute sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do ensino fundamental. Teve como objetivo investigar modos de professores abordarem a temática sexualidade humana, considerando o letramento científico e evidenciando novas percepções deles sobre suas abordagens a partir de processos formativos. Segundo Mesquita (2018), a sexualidade é assumida, nessa pesquisa, como uma concepção contemporânea e abrangente com base nas dimensões biológica, social, emocional, cultural e religiosa; e o letramento científico como práticas que promovem o entendimento do indivíduo de conhecimentos relativos à ciência e à tecnologia e seu emprego e compreensão em ações cotidianas.

Grebinsky (2018), em sua dissertação de mestrado, com o tema **Questões de gênero e sexualidade: desafios à formação de professoras para a infância**, problematiza essa temática tendo em vista identificar sua presença em determinadas legislações que dizem respeito às políticas de ensino e formação docente para a infância. A autora desenvolveu um estudo bibliográfico, e fez um resgate às concepções dos principais termos relacionados à sexualidade, tais como: sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Posteriormente, aprofundou a discussão sobre as questões de gênero, esclarecendo os significados dados às expressões identidade de gênero e orientação sexual.

Grebinsky (2018) investigou os conteúdos presentes nos currículos escolares, analisando-os segundo os documentos governamentais e legais para a Educação Infantil, da LDB às Diretrizes. Em seguida, discutiu sobre os desafios para a formação de professores para a educação na infância relacionados com a temática de gênero e de sexualidade. Ao final da pesquisa, a autora afirma que os estudos consultados apontam a necessidade de formar docentes capacitados/as e preparados/as para os questionamentos que seus/as alunos/as possam fazer em sala de aula, mesmo eles/as considerando o tema gênero e sexualidade sem importância no seu processo de formação (inicial e continuada). Concluiu-se que no sistema educacional encontra-se enraizada a reprodução de discursos pedagógicos que denotam falta de interesse em trabalhar a temática.

Realizamos a busca com os descritores: “sexualidade” AND “séries iniciais”. E apuramos 78 trabalhos, divididos em 62 DM e 16 TD. Observamos que alternado de “anos iniciais” para “séries iniciais”, o número de publicações é bem diferente. Considerando o número de publicações encontradas, optamos por analisar seus títulos para verificarmos a pertinência e relação com nosso tema de pesquisa, bem como as palavras-chave contidas em seus resumos. Na Tabela abaixo, apresentamos os dados principais dos trabalhos selecionados após essa análise.

Tabela 1 - Sexualidade e séries iniciais

Autor	Título	Tipo, origem e ano	Palavras-chaves
Paula Regina Costa Ribeiro	Inscrevendo a Sexualidade: Discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental	Doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.	Não constam no resumo.
Lucilaine dos Santos Oliveira	Falar sobre sexo é proibido professora? Problematizando entendimentos de sexualidade com crianças dos anos iniciais.	Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.	Crianças. Corpos. Gêneros. Sexualidade. Educação Ambiental.
Fabiane Freire França	A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção	Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.	Educação escolar, Gênero, Formação docente.

Fonte: Elaboração da autora, com base do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Observamos que, apesar de encontrarmos um considerável número de trabalhos sobre nossa temática a partir dos descritores, grande parte deles não versa, de fato, sobre o mesmo. Assim, apenas três publicações estão de acordo com o que buscamos.

O objetivo da dissertação de Oliveira (2010) foi problematizar as narrativas de um grupo de crianças da 4ª série do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade do Rio Grande/RS sobre as questões de corpos, gêneros e sexualidades. A autora desenvolveu uma investigação narrativa por basear-se na experiência, na qualidade de vida e de educação dos sujeitos da pesquisa.

Ao longo da pesquisa empírica, Oliveira (2010), juntamente com os alunos participantes, abordou as seguintes temáticas: infâncias, corpos, gêneros, sexualidades, Educação para a Sexualidade e Educação Ambiental. Das abordagens foram constituídos treze diários, nos quais estão apresentadas histórias sobre possibilidades de pensar, tratar, se relacionar e aprender com as crianças, ao problematizar significados e representações produzidas pelas mesmas. A pesquisadora constatou que as crianças expressam a sexualidade: por meio de brincadeiras, pelos modos como se relacionam com seus pares; por meio de conversas, questionamentos, desenhos, jeito de dançar, pensar e agir construídos no contato com diferentes instâncias (família, escola, religiões e diferentes pedagogias culturais) - neles inscrevem marcas e identidades, posicionando-os nos múltiplos contextos sociais.

França (2009) buscou em seu trabalho demonstrar algumas representações sociais de gênero apresentadas por professores e professoras de 5ª e 6ª séries de uma escola pública da cidade de Sarandi/PR. A pesquisadora realizou uma pesquisa empírica do tipo pesquisa-ação, com aplicação de entrevistas com os/as docentes e um processo de intervenção pedagógica com discussões em grupo, tomando os dados antes, durante e depois do processo de intervenção pedagógica.

Os resultados da pesquisa de França (2009) apontam que, muito embora as propostas de intervenção como as utilizadas apresentem limitações, os comentários dos/as entrevistados evidenciaram a necessidade de levar ao contexto escolar outras estratégias de abordagem, tais como: eventos, debates, projetos e estudos. Assim, será possível confrontar posturas preconceituosas, discriminatórias e machistas, que ferem a integridade de identidades que fogem ao padrão hegemônico, finaliza a pesquisadora.

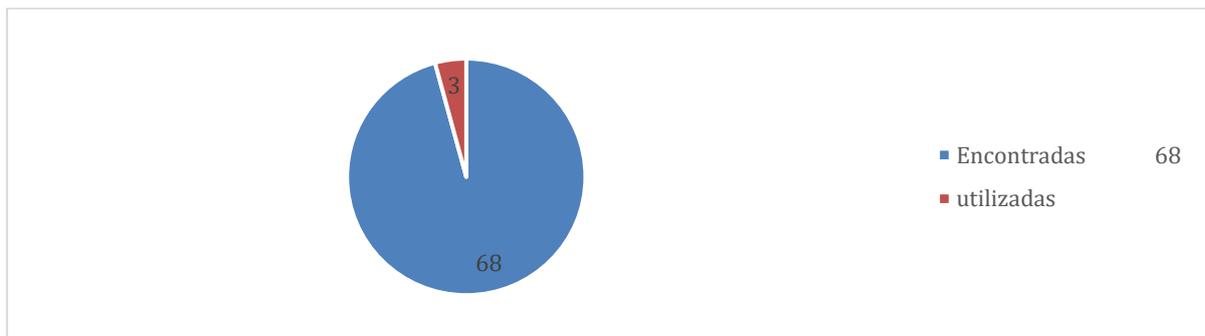
Ribeiro (2002) investigou como a sexualidade vem sendo tratada nas salas de aulas das séries iniciais do ensino fundamental em Rio Grande – RS. Para alcançar este objetivo, a pesquisadora analisou as narrativas de professoras das referidas séries, que tem como diferencial a participação no cursos “Discutindo e refletindo sexualidade – AIDS com professoras das séries iniciais do ensino fundamental”.

O curso foi utilizado por Ribeiro (2002) como estratégia metodológica utilizada como um espaço narrativo, no qual as participantes contaram, ouviram e contrapuseram histórias a respeito das práticas escolares relacionadas à sexualidade, e ainda, utilizou-se de textos e desenhos, cartazes e dramatizações como fonte de dados. Constatou-se que no espaço escolar articulam-se diferentes discursos e práticas em relação à sexualidade das crianças, com uso de estratégias de inscrição das identidades de gênero e sexuais nos seus corpos, e assuntos como ISTs, gravidez precoce, dentre outros.

Continuando com a pesquisa no período de setembro a novembro de 2022, coletadas no Catálogo de Teses e Dissertações do CAPES, correspondente ao período de 2011 a 2021, selecionamos para consulta os descritores: Educação sexual AND Ensino Fundamental.

Encontramos, nessa busca, 1025 trabalhos, divididos em 864 dissertações e 161 teses. Após a utilização dos filtros ano chegamos à quantidade de 563 títulos, sendo 428 dissertações e 135 teses; utilizamos filtros: área de conhecimento 193, sendo 138 dissertação e 55 mestrados profissional, área avaliação 124 trabalhos sendo 121 dissertações e 3 mestrados profissional. Desse total, apenas três trabalhos abordam nosso tema, conforme mostra o gráfico que segue.

Gráfico 1 Educação sexual AND Ensino Fundamental



Fonte: Elaboração da autora, com base do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Silva (2015), em sua dissertação de mestrado, com o tema: “A educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Santo André”, diz que é importante que os/as professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental trabalhem com a temática utilizando estratégias adequadas para desenvolver o conteúdo, mas que não partam apenas de seus valores ou sua vivência. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é discutir as possibilidades e limites para a inserção de uma Educação Sexual integral em aulas e projetos de professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Minali (2020), em sua dissertação de mestrado, com o tema *Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do ensino fundamental*, teve como objetivo descrever as interpretações de oito professores da primeira etapa do Ensino Fundamental de uma escola pública sobre manifestações sexuais por parte dos/as seus/as alunos/as, os quais, sob a perspectiva psicanalítica, estariam no período de latência.

Para além da falta de contextos formativos sobre sexualidade infantil condizentes com as necessidades dos/as professores/as, de acordo com Minali (2020), estes/as profissionais são levados/as, constantemente, a se depararem com situações envolvendo expressões sexuais infantis que provocam sentimentos de desconforto por não poderem prestar uma assistência adequada aos/às seus/as alunos/as.

Filha (2021), em sua dissertação de mestrado, teve como tema *A sexualidade como tema tabu e os desafios do trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental*. A investigação parte da observação de questões relacionadas à sexualidade, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A pesquisa de Filha (2021) foi desenvolvida na perspectiva de contribuir com as práticas de sala de aula, na Educação Básica, partindo da compreensão de que a sexualidade é uma construção que envolve fatores históricos e culturais, e de que suas manifestações, no cotidiano, carecem de ser entendidas pelas principais bases sociais, isto é, pela família e pela escola, por se tratar de um aspecto inerente ao conjunto de características essenciais do ser humano.

Ressaltamos que, com os descritores “Educação sexual”, “Ensino Fundamental” e “Sexualidade”, que são temas geradores da Dissertação de Mestrado, buscamos pesquisar um a um. Observamos que há muitos trabalhos com os descritores sobre *gênero e sexualidade* e *abuso sexual*, porém, que adentram outras

áreas consideradas não relevantes para a nossa pesquisa. Visualizamos um número considerável de pesquisas sobre Sexualidade e pouca produção sobre os descritores Sexualidade no Ensino Fundamental, Educação Sexual no Ensino Fundamental. Consideramos baixo o número das TD e das DM que discursam sobre o ensino da educação sexual no ensino fundamental. Tal constatação comprova a singularidade da investigação a qual iremos desenvolver nesta Dissertação de Mestrado.

Na tabela que segue, apresentamos os trabalhos que nos auxiliarão na construção do aporte teórico de nossa dissertação. Esclarecendo que os trabalhos apresentados na Tabela 1 também serão utilizados com este fim.

Tabela 2 Trabalhos selecionados para compor o aporte teórico

Autores/As	Título	Local da Pesquisa e Universidade vinculada	Área de Estudo	Tipo e Ano de publicação
Fernanda Fernandes	A educação para sexualidade nos anos iniciais	Curitiba, Universidade Federal Do Paraná	5º Ano Ensino Fundamental	Mestrado, 2020
Adriano Santos De Mesquita	Percepções Docentes Sobre Sexualidade Humana Na Perspectiva Do Letramento Científico Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental	Belém, Universidade Federal Do Pará	1º e 5º Ano Ensino Fundamental	Mestrado, 2018
Mirtes Pacheco Da Silva	A Educação Sexual Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental Em Uma Escola Pública De Santo André	Santo André, Universidade Federal Do abc	Anos Iniciais Do Ensino Fundamental	Mestrado, 2015
Raquel Caterine Grebinsky	Questões De Gênero E Sexualidade: Desafios À Formação De Professoras Para A Infância	Joaçaba, Universidade Do Oeste	Docência Para Crianças	Mestrado, 2018
Adan Renê Pereira Da Silva	Formação Em Diversidade Sexual Na (Re)Significação Da Docência: Um Estudo Na Rede Municipal De Ensino De Manaus – AM	Manaus, Universidade Federal Do Amazonas	Ensino Fundamental	Doutorado, 2020
João Alexandre Minali	Interpretações Docentes Sobre As Expressões Da Sexualidade Infantil Na	Araraquara – S.P., Universidade Estadual Paulista – Unesp	Ensino Fundamental I	Mestrado, 2020

	Primeira Etapa Do Ensino Fundamental			
Neide Maria De França Filha	A Sexualidade Como Tema Tabu E Os Desafios Do Trabalho Docente Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental	Goiânia, Universidade Federal De Goiás	Anos Iniciais Ensino Fundamental	Mestrado, 2021
João Rogério Menezes De Santana	Sexualidade e gênero: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana	São Cristóvão/SE, Universidade Federal De Sergipe	Ensino Fundamental	Mestrado, 2013
Vanize Meneghetti	Dificuldades relatadas por professores do ensino fundamental na implementação de ações de educação sexual	Foz Do Iguaçu, Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná	Ensino Fundamental I	Mestrado, 2016

Fonte: Elaboração da autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Assim, constituem o Estado do Conhecimento as dissertações e teses apresentadas nas Tabelas 1 e 2. Dessa forma, apresentamos na sequência uma discussão sobre os achados do estado do conhecimento (1.2) e seguimos com a subseção dedicada à pesquisadora (1.3).

1.2 O que falam as pesquisas sobre a educação sexual nas escolas

Resume-se em doze o total de trabalhos que compõem o Estado do Conhecimento de nossa investigação. Esses estudos mostram a necessidade de tratar a educação sexual a partir de uma formação continuada direcionada para assuntos específicos da área, discorrem sobre diferentes formas didático-pedagógicas de abordar as temáticas inerentes à educação sexual, e as questões relacionadas aos tabus referentes aos temas que podem e devem ser tratados em âmbito escolar.

Outro fator relevante refere-se a ouvir professores/as e estudantes sobre a educação sexual na escola. Isso é importante porque são eles/as que diretamente lidarão com os assuntos em sala de aula. Os/as professores/as, de modo especial, como formadores/as, responderão às dúvidas suscitadas nos/as estudantes em

determinadas abordagens - sexualidade, identidade de gênero e outros temas. Por isso, é preciso que estejam preparados/as para os questionamentos, respondendo-os com cientificidade, sem achismos ou visão particular.

Em relação aos tabus, os estudos que tratam deles evidenciam que os mesmos sempre existiram, e por, na contemporaneidade, muito ter se evoluído a respeito do tema (sexualidade e afins), é relevante abordar a educação sexual em sala de aula, dando sentido orientativo e formativo ao que se propõe tratar em cada série.

Os estudos selecionados contribuem com nossa pesquisa por trazerem um diálogo necessário sobre a educação sexual para a sala de aula, demonstrando que isso não tem conotação de corromper a inocência das crianças, mas sim, de prover informações seguras para que elas se reconheçam como sujeitos capazes de reconhecer as transformações que acontecem em seus corpos, bem como questões relacionadas à sexualidade.

No contexto atual da implementação da BNCC, surge a necessidade de compreender o espaço atribuído à educação sexual para crianças nas séries iniciais do ensino fundamental, sob a perspectiva dos professores. A BNCC, enquanto documento orientador das práticas educativas no país, busca promover uma educação integral que contemple os aspectos cognitivos, socioemocionais e afetivos dos alunos. Nesse sentido, a questão da educação sexual se torna relevante, visto que a formação de crianças nessa faixa etária envolve a transmissão de conhecimentos acadêmicos, a construção de valores, atitudes e comportamentos relacionados à sexualidade de forma saudável e responsável. Diante disso, é pertinente investigar: Qual é o espaço dado para a educação sexual de crianças das séries iniciais do ensino fundamental, no contexto de implementação da BNCC, na perspectiva docente?

Para respondermos a essa pergunta de pesquisa contamos com as seguintes questões norteadoras:

- O que traz a BNCC sobre o trabalho da orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, e como isso se articula com o trabalho docente, no cotidiano da escola?
- Qual a concepção de educação sexual presente nesse cenário, segundo o planejamento e a prática docente?
- Como as crianças assimilam a orientação sexual no seu processo de desenvolvimento, a partir do trabalho docente, na percepção de professores/as do

ensino fundamental?

O objetivo geral dessa pesquisa consiste em: Discutir o espaço dado para a educação sexual de crianças das séries iniciais do ensino fundamental no contexto de implementação da BNCC, na perspectiva docente. E, considerando as séries iniciais do ensino fundamental, são os objetivos específicos:

- Compreender a finalidade desse tema transversal dentro da BNCC e as contribuições que podem trazer ao processo da orientação sexual;
- Analisar a concepção de educação sexual presente nesse cenário, na perspectiva de docentes que atuam no ensino fundamental;
- Compreender como as crianças assimilam a orientação sexual no seu processo de desenvolvimento, a partir do trabalho docente, na perspectiva das/os professores que atuam no ensino fundamental.

Soares & Soares (2022) argumentam que a instituição escolar é reconhecida atualmente como um ambiente essencial para a socialização das crianças e adolescentes, sendo o local onde passam a maior parte de seu tempo fora do ambiente familiar. Nesse contexto, é na escola que esses jovens estabelecem suas primeiras interações sociais e afetivas significativas, desenvolvendo uma variedade de relações interpessoais, de forma que ela se torna um espaço propício para a abordagem de temas relevantes para a formação dos alunos, incluindo questões relacionadas à sexualidade.

No entanto, a responsabilidade de conduzir discussões sobre educação sexual muitas vezes recai sobre os professores, o que pode representar um desafio significativo, especialmente devido à persistência de tabus em torno da temática e à falta de preparo docente inicial para lidar com essas questões de maneira eficaz e sensível em sala de aula.

A investigação sobre a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental revela-se de extrema importância diante do impacto que o desenvolvimento saudável da sexualidade infantil tem no crescimento cognitivo e na formação da identidade das crianças. Conforme expõem Siqueira e Nascimento (2020), a fragilidade da escola em abordar essa temática se evidencia pela falta de clareza sobre como, quando e por que trabalhar a educação sexual nesse contexto educacional. A resistência à discussão sobre os benefícios desse tipo de abordagem decorre, em grande parte, dos tabus presentes na sociedade e das lacunas deixadas pela família antes da entrada das crianças na escola.

Soares & Soares (2022) e Siqueira e Nascimento (2020) concordam que muitas vezes, a instituição escolar se vê despreparada para lidar com as manifestações naturais da sexualidade infantil, o que pode resultar em repressão e embaraço tanto por parte dos professores quanto dos pais.

De acordo com Siqueira e Nascimento (2020), é na escola que as crianças começam a expressar aspectos da sexualidade em seu desenvolvimento, o que demanda uma abordagem sensível e informada por parte dos educadores. A introdução precoce da educação sexual, de forma adequada e preventiva, é fundamental para preparar as crianças para as realidades afetivas e sexuais que enfrentarão ao longo da vida. Uma parceria sólida entre família e escola, embasada em um currículo sério e em atividades dinâmicas e informativas, pode contribuir significativamente para o amadurecimento e a conscientização dos alunos nesse aspecto.

Na análise de Campos e Miranda (2022), a concepção dos pais em relação à educação sexual nas escolas pode refletir preocupações sobre os valores que podem ser transmitidos aos seus filhos durante o processo educacional, debate que se intensifica em contextos onde há divergências ideológicas entre os pais, professores e a própria escola. O que se tem, por um lado, são pais mais conservadores, que receiam que os professores promovam visões de mundo que contradigam suas crenças pessoais, como a defesa da virgindade até o casamento. Para pais assim, a escola não deveria influenciar seus filhos a adotarem comportamentos que consideram moralmente inadequados, como a promoção do sexo antes do casamento. Por outro lado, pais mais progressistas desejam que seus filhos sejam educados de forma aberta e inclusiva, sem imposições morais conservadoras que possam limitar a liberdade de escolha e a autonomia sexual de crianças e jovens.

Campos e Miranda (2022) argumentam que essa dicotomia reflete diferentes visões sobre moralidade e sexualidade, bem como sobre o papel da escola na formação dos valores dos alunos. Pode-se questionar se é 'adequado' que os professores exponham seus próprios pontos de vista sobre o que é certo ou errado aos alunos. Nesse contexto, para muitos, a escola deve ser um espaço neutro, onde os alunos possam desenvolver suas próprias opiniões de maneira crítica e informada, sem a influência direta de valores pessoais dos professores – o que, na realidade, não é o que se pretende a escola, ensinar utilizando da opinião do professor. A este, cabe proporcionar um ambiente de aprendizagem que estimule o pensamento

reflexivo entre os alunos, por meio de informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade, permitindo que as crianças, adolescentes e jovens formem suas próprias conclusões com base em evidências e em uma compreensão ampla das questões envolvidas, como por exemplo, aborto.

Siqueira e Nascimento (2020) advertem que essas lacunas não forem preenchidas, as crianças buscarão informações em outras fontes, muitas vezes menos confiáveis, o que pode resultar em equívocos e mal-entendidos sobre a sexualidade. A resistência social em discutir abertamente a educação sexual infantil está relacionada à associação equivocada entre sexualidade e reprodução, o que perpetua o tabu em torno do tema. Assim, compreender e superar essas barreiras é essencial para promover um ambiente educacional mais saudável e inclusivo para todas as crianças.

1.3 A pesquisadora

Eu, Aline Rodrigues Pereira² nasci em Barra do Garças – MT, no dia 26 de dezembro de 1981, e passei a minha infância até os 9 anos de idade na companhia de meu pai e minha irmã. Minha vida tomou um rumo inesperado após a perda de meu pai, levando-me a viver de forma itinerante na casa de diferentes irmãos. Essa experiência, embora desafiadora, me ensinou lições valiosas sobre a vida, pois morar em lares que não eram os meus próprios me trouxe um profundo sentimento de deslocamento e aprendizado precoce sobre a realidade.

Enquanto ainda criança, enfrentei desafios que muitos adultos teriam dificuldade em lidar. Ouvei palavras duras e desmotivadoras, como “você mora nesta casa de favor”, “você nunca será alguém na vida”, “você é feia”, e “você é burra”. Essas frases, impregnadas de desprezo, poderiam ter destruído meu espírito sonhador, mas ao invés disso, serviram como combustível para meu desejo de provar o contrário.

Determinada a superar essas adversidades, tracei como meta estudar, ingressar em uma faculdade e me formar, para provar meu valor àqueles que me diminuía, e também para mim mesma. Cada vitória acadêmica foi uma resposta silenciosa a todos que duvidaram de mim. Ao longo de minha trajetória profissional

² A escolha da redação do texto desta seção referente à pesquisadora é escrita na primeira pessoa, por se tratar de um relato pessoal.

até os dias atuais, trabalhei por oito anos na Educação como professora em seletivo, acumulando experiência e resiliência. Em 2022, dei um importante passo na carreira ao assumir um cargo efetivo como professora na prefeitura de Nova Xavantina - MT.

Formada em Normal Superior, atualmente leciono nas séries iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo do 1º ao 5º ano, e atuo na rede pública municipal desde 2016. Durante sua atuação, percebi a grande dificuldade que os docentes enfrentam ao abordar temas como Educação Sexual em sala de aula, uma constatação que reforçou minha convicção na necessidade de uma formação contínua e especializada.

Mais uma vez desafiei as expectativas ao ingressar no Mestrado em Educação na URI, um sonho que parecia distante, mas que se tornou realidade graças à minha determinação inabalável. O que começou como o imaginário de uma criança tornou-se uma conquista tangível.

Hoje reflito sobre minha jornada com uma mistura de orgulho e humildade. Não posso afirmar que todos os problemas, traumas e abusos psicológicos que sofri ao longo da vida foram superados. No entanto, posso dizer com certeza que todas as minhas conquistas me deixam feliz! Essas palavras são um testemunho de minha força e da capacidade que tenho de transformar adversidades em realizações significativas.

2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NA PERSPECTIVA DOCENTE DIANTE DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

Neste capítulo apresentamos as teorias que embasam nossa pesquisa, observando o espaço dado à educação sexual de crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com BNCC, na perspectiva docente. Abordamos os conceitos de sexualidade a partir de diversas obras de autores como Bretas e Silva (2002), Felipe (2000), Louro (2000), Scott (2001), dentre outros. Discutimos sobre a importância do tema para o ensino fundamental, e também sobre o conceito de orientação e educação sexual. Utilizamos também, os documentos norteadores que amparam a educação sexual no âmbito escolar, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) e os PCNs (Brasil, 1998).

2.1 Sexualidade: conceitos e abordagens

Conceituar e compreender os significados dados à sexualidade é uma atividade muito importante, de modo especial quando se tem a pretensão de focar como o assunto a ela relacionado vem sendo discutido e trabalhado na educação escolar, de forma a desmitificar que se está motivando ou ensinando práticas sexuais, como se podem conjecturar.

Louro (2000), ao discutir as “pedagogias da sexualidade” expõe que ainda na sua juventude, a sexualidade era um assunto bem reservado, tratado apenas entre pessoas de extrema intimidade e confiança – como uma amiga, destituído de qualquer viés social. Viver a sexualidade, então, era uma realidade entre adultos, entre homem e mulher, sem tipo algum de preparo ou conhecimento a ela relacionado, embasado pelos sentimentos, como o amor.

Muitos fatores influenciavam no que se refere à conduta da sexualidade, dentre os quais, Louro (2000) destaca: geração, raça, nacionalidade, religião, classe e etnia. No entanto, a mesma autora argumenta que diante das profundas transformações ocorridas desde o final do século XX, algumas dimensões da vida de mulheres e de homens também sofreram alterações, incluindo-se as concepções e práticas em relação à sexualidade, suas práticas e as novas identidades sexuais. Muita coisa mudou, chegando-se ao ponto de dizer que existem hoje,

[...] muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades” (Louro, 2000, p. 4).

As transformações e novas concepções da sexualidade têm sido discutidas muito mais no âmbito social que educativo. No entanto, a temática não pode ficar nem ser tratada indiferente no contexto da educação formal, principalmente porque, conforme expõe Louro (2000), é real a ameaça de doenças como a AIDS, as práticas sexuais abusivas e congêneres. Antes de tudo, segundo a mesma autora, é preciso compreender “que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. [...] a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (Louro, 2000, p. 5).

E o mais importante de tudo isso, é promover uma educação para a sexualidade, no sentido de trabalhar o tema no ambiente escolar, conforme as orientações de documentos como a BNCC (Brasil, 2018), para que não paire dúvidas quanto ao que se pretende ensinar aos estudantes. Mas, qual o conceito de sexualidade? Ao responderem tal questionamento, Siqueira e Nascimento (2020) argumentam que a compreensão da sexualidade abrange uma gama complexa de aspectos históricos, sociais e culturais que moldam as interações humanas desde tempos antigos até os dias atuais.

O termo sexualidade ganhou destaque e foi oficialmente incorporado ao vocabulário brasileiro na década de 70, refletindo a crescente importância atribuída à Educação Sexual e ao comportamento humano. Sua conceituação remonta ao século XIX, quando começou a ser utilizado para descrever os diversos atributos associados à expressão sexual. A sexualidade não se limita às manifestações físicas, mas, engloba uma ampla gama de aspectos, como a expressão de afeto, a comunicação interpessoal, as preferências sexuais, as fantasias, entre outros elementos. Desde a Antiguidade, diferentes civilizações desenvolveram suas próprias normas e convenções em relação à sexualidade, refletindo os valores e as necessidades de cada época. (Siqueira e Nascimento, 2020).

Na Idade Média, por exemplo, a ênfase estava no celibato masculino e na virgindade feminina, enquanto na Grécia antiga, os homens tinham mais liberdade sexual em comparação às mulheres. O surgimento do cristianismo na Roma antiga trouxe mudanças significativas nas normas sociais em relação à sexualidade, promovendo valores como o celibato e a monogamia. No contexto mais recente, o movimento renascentista do século XVI trouxe uma nova abordagem ao relacionar o sexo ao amor e aos sentimentos. No Brasil, apesar da evolução conceitual, tanto a escola quanto a família ainda enfrentam desafios em lidar com a sexualidade de maneira aberta e completa, muitas vezes limitando-se a aspectos biológicos e físicos e perpetuando tabus enraizados na sociedade. (Siqueira e Nascimento, 2020).

Silva (2015, p. 16) contextualiza o conceito explicando que a sexualidade é parte do ser humano, é “algo que causa sensações variadas, que faz parte da vida e não pode ser entendida como presente apenas nos órgãos genitais, pois sexualidade e sexo são dois conceitos diferentes”. A mesma autora traz os conceitos do termo, dados por diferentes autores. Vejamos.

[...] a sexualidade é o termo que se refere ao conjunto de fenômenos da vida sexual, ela é o aspecto central da nossa personalidade, por meio da qual nos relacionamos com os outros, conseguimos amar, ter prazer e procriar. (Costa, 1994, p. 1).

[...] a sexualidade é uma manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do que seja o ser humano. (Nunes; Silva, 2006, p. 2).

A sexualidade é uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais. (Figueiró, 2006, p. 42).

Os conceitos sobre a sexualidade indicam como ponto comum à condicionalidade humana, e não a sua natureza, o que difere do sexo, enquanto gênero: masculino e feminino. Silva (2015) argumenta que a sexualidade é mais abrangente, e precisa ser compreendida em três importantes dimensões: biológica/reprodutiva, psicológica e sociocultural.

Quanto ao termo “sexo”, sempre compreendido como masculino e feminino, este sofreu também ressignificações, como vemos na seguinte explicação:

O termo “sexo”, por exemplo, significava, originalmente, simplesmente, “o resultado da divisão da humanidade no segmento feminino e no segmento masculino”. Referia-se, naturalmente, às diferenças entre homens e mulheres, mas também à forma como homens e mulheres se relacionavam. Como veremos adiante, esse relacionamento era significativamente diferente

daquele que nossa cultura compreende, atualmente, como dado — que homens e mulheres são fundamentalmente diferentes. No período que compreende, aproximadamente, os últimos dois séculos, “sexo” adquiriu um sentido mais preciso: ele se refere às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide e não ao que nos une. (Louro, 2020, p. 28).

Toda essa compreensão é necessária, para que educadores, estudantes e as suas famílias, e a sociedade como um todo saibam como lidar respeitosamente com diferentes manifestações de gênero e sexualidade que fazem parte de nossa sociedade, como transgêneros, transexuais, gays e outros, pois, como explicam Siqueira e Nascimento (2020), após a década de 1980, cresceu consideravelmente o interesse e a preocupação em incluir a Educação Sexual no currículo escolar. Esse aumento de interesse foi impulsionado pelo aumento alarmante de gravidezes indesejadas entre adolescentes e pelos crescentes riscos de contaminação pelo vírus HIV nessa faixa etária.

Siqueira e Nascimento (2020) avaliam que a percepção de uma iniciação sexual precoce, muitas vezes influenciada pela mídia e outros meios de comunicação, também contribuiu para essa preocupação. Embora existam restrições à veiculação dessas informações para determinadas faixas etárias, os pais perderam parte do controle sobre o acesso de seus filhos a esses conteúdos, sem fornecer-lhes esclarecimentos adequados sobre seu significado. Isso acabou concedendo uma certa autonomia para que as crianças desenvolvam seus próprios conceitos sobre sexualidade.

2.2 Educação Sexual e orientação sexual: o que trazem os documentos e os estudos?

É importante, para nossa discussão, compreender o significado dos termos educação sexual e orientação sexual.

A orientação sexual é caracterizada pela passagem da informação sobre temas ligados à sexualidade, que favorece discussões, reflexões, questionamentos sobre posturas, tabus, regras, valores, relacionamentos interpessoais e comportamentos sexuais. Essa definição se diferencia da conceituação de educação sexual que corresponde ao processo de aprendizagem sobre sexualidade de maneira informal e ao longo do ciclo vital, sendo selecionadas pelas práticas culturais. O objetivo da orientação sexual é favorecer o exercício prazeroso e responsável da sexualidade, de forma que a informação seja adequada às diferentes fases do desenvolvimento do indivíduo. (Pecorari; Cardoso; Figueiredo, 2005, n.p.)

Já a Educação Sexual (escolar) tem por objetivo ensinar “crianças, adolescentes e jovens a pensar e debater sobre tudo o que é relacionado à sexualidade e à sua vivência com responsabilidade”, conforme explicam Figueiró, Molina e Santos (2023, n.p.). Nesse contexto, o/a professor/a poderá trabalhar além das informações biológicas, as dúvidas, tabus e preconceitos argumentados pelo alunado, deixando-o expressar seus sentimentos e passem a olhar a sexualidade e sua vivência de forma consciente. Siqueira e Nascimento (2020) complementam explicando que a integração efetiva da Educação Sexual ao longo do ano escolar deve ser continuamente articulada com as disciplinas convencionais e suas diferentes áreas, adaptando-se às demandas de aprendizado dos alunos relacionadas às suas próprias sexualidades, com o objetivo de serem atendidas de forma pedagógica e prática no ambiente educacional.

Estudos, como o realizado por Mantovani (2020) e Correia (2020), defendem a Educação Sexual nas escolas, e apresentam argumentos que favorecem a compreensão da necessidade da abordagem das três dimensões já apontadas por Silva (2015).

A educação sexual diminui a vulnerabilidade por aumentar o repertório de informação, como também dá suporte de recursos para quebra de tabus e rompimento com a violência. Ou seja, aquilo que não é falado justamente pela naturalização é rompido quando se abre espaço para discussões. [...] Assim, se justifica a implementação de Políticas Públicas e uma aproximação do recurso da rede de proteção para a rotina e espaço dessas crianças, como por exemplo, o espaço escolar. (Mantovani, 2020, p. 28).

Correia (2020) cita o artigo 2º do ECA (Estatuto da Criança do Adolescentes, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) e um documento da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) para afirmar que é crescente o número de crianças e adolescentes que têm seus direitos humanos violados, sejam eles físicos ou psicossociais. As crianças e os adolescente precisam ter garantidos seu desenvolvimento saudável, sendo protegidos por meio de políticas públicas, sendo uma delas, a proposição e implementação da Educação Sexual nas escolas.

É diante das mais diversas situações de violências contra as crianças e adolescente que se constata a importância da educação sexual nas escolas brasileiras, “como método de prevenção eficaz, pois a consciência corporal é um princípio fundamental para a compreensão de possíveis abusos e violências sexuais contra as crianças e adolescentes”, afirma Correia (2020, p. 44).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental estão citados na mais atual base legal da Educação brasileira, que é a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Segundo os PCNs (Brasil, 1998),

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (Brasil, 1997, p. 287).

De forma bem concisa, os PCNs deixam clara a pretensão da Orientação Sexual nas escolas, sem deixar dúvidas de seu papel na segunda instituição mais importante para a formação de sujeitos. São sujeitos que atuam e atuarão com criticidade na mesma sociedade que muitas vezes os tratam com indiferenças, julgamentos e até mesmo com violência, tendo seus direitos violados, por vezes pela falta de conhecimento e informações a respeito de suas vivências e experiências, suas escolhas.

Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano. O trabalho sistemático de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, também, com a promoção da saúde das crianças, dos adolescentes e dos jovens. A existência desse trabalho possibilita a realização de ações preventivas das doenças sexualmente transmissíveis/Aids de forma mais eficaz. (Brasil, 1998, p. 293).

A pretensão de incluir a Orientação Sexual nas escolas é discutir assuntos por vezes tratados sem esclarecimento, ou de forma deturpada ou até mesmo induzida, evidenciando que mesmo sendo polêmicos, são assuntos os quais todo ser humano experimenta em determinadas fases da vida. São debates sobre a masturbação, a iniciação sexual, o namoro, questões referentes à homossexualidade e ao aborto, à prostituição e à pornografia, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), dentre outros temas. Tudo isso, tratado com coerência, “dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos

adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura” (Brasil, 1998, p. 293).

A respeito da coerência, para garanti-la, “a escola precisa estar consciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão como parte do processo de formação permanente de todos os envolvidos no processo educativo” (Brasil, 1998, p. 299).

De acordo com Soares & Soares (2022), os PCNs reconheciam a limitação da exposição de conteúdos apenas relacionados à reprodução humana para uma compreensão abrangente do assunto, e sugeriam uma abordagem transversal, que integrasse diferentes áreas de conhecimento representadas pelas disciplinas escolares. O mesmo documento destacava a complexidade da temática da sexualidade, pois, a conduta sexual humana era considerada uma atividade de natureza íntima, e, ao mesmo tempo, uma questão de interesse social coletivo. Tópicos como natalidade, crescimento demográfico, viabilidade dos descendentes e doenças sexualmente transmissíveis eram discutidos, refletindo preocupações relacionadas à saúde pública. A gravidez na adolescência, por exemplo, era vista como um problema que demandava intervenção política e que colocava a escola no centro de interesses que ultrapassavam suas funções tradicionais no contexto acadêmico.

Traz o Referencial de Formação Pedagógica para Formadores/as (Vilar; Souto, 2008), que, de modo geral os documentos orientadores sugerem como conteúdos os seguintes temas, que são os mais trabalhados na Educação Sexual nas escolas:

O Corpo Sexuado

Anatomia e fisiologia; concepção, gravidez e parto; genética; mudanças pubertárias; imagem corporal; o comportamento sexual humano.

Identidade e Sexualidade

Autoestima; gênero; sentimentos, gosto e decisões; a orientação sexual.

Sexualidade e Relações Interpessoais

Os diversos tipos de relações: sexualidade e relações amorosas; assédio e violência sexual; abusos sexuais; competências relacionais; comunicação e sexualidade.

Sexualidade e Sociedade

Papéis sexuais: as famílias; a sexualidade e a lei; a sexualidade na história e na cultura; a sexualidade na arte, na literatura e nos *mass media*; a linguagem; sexualidade e violência; o sexo comercial.

Saúde Sexual e Reprodutiva

Contracepção; infecções sexualmente transmissíveis; interrupção voluntária da gravidez; dificuldades sexuais; legislação; recursos existentes; cultura de saúde. (Vilar; Souto, 2008, p. 28).

Entendemos que família e escola devem trabalhar juntas, posto que na Orientação Sexual envolve valores e normas de convívio familiar, escolar e social. A Orientação Sexual em âmbito escolar tem o papel de

[...] problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. [...] A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. (Brasil, 1997, p. 83).

Nesse entendimento, Siqueira e Nascimento (2020) argumentam que cabe à escola não assumir exclusivamente o papel de formadora moral dos alunos. A família, por sua vez, pode identificar eventuais lacunas ou suas limitações em relação ao acesso aos recursos educacionais e desenvolver abordagens claras sobre sexualidade no ensino fundamental, de modo a evitar que os alunos se sintam inibidos durante a complicada fase da adolescência, onde as mudanças físicas e comportamentais podem gerar conflitos e comportamentos problemáticos, inclusive criminosos, como observado recentemente. Orientá-los sobre as possíveis dificuldades e repressões que podem surgir a nível social e emocional, protegendo-os de experiências embaraçosas, ajuda-os a reconhecer suas habilidades, qualidades, autonomia e limitações. Isso torna possível uma avaliação prática e construtiva da Educação Sexual para crianças e pré-adolescentes.

Por exemplo, ao implementar programas educacionais que abordem a sexualidade de forma aberta e inclusiva, os alunos podem sentir-se mais confortáveis em discutir suas dúvidas e preocupações, reduzindo assim o risco de comportamentos de risco ou repressão emocional. Essa abordagem também permite que os alunos desenvolvam habilidades de autoconhecimento e autoaceitação, preparando-os para lidar de forma saudável com os desafios típicos da adolescência.

Orienta-se que, ao discutir temas como virgindade com estudantes de oitavo ano, seja dada abertura para meninos e meninas exporem o que concebem sobre o assunto e deixar claro as implicações “em diferentes culturas, sua conotação em diferentes momentos históricos e os valores atribuídos por distintos grupos sociais

contemporâneos”. (Brasil, 1997, p. 83). Orienta-se trabalhar temas segundo a faixa etária do alunado e fazê-lo de forma muito bem contextualizada, com aspectos sócio-históricos e culturais, com embasamento científico, de modo que os e as estudantes compreendam que se trata de um assunto que é parte de sua vida e em algum momento lidará com ele, devendo ter a clareza de sua responsabilidade e das implicações decorrentes, por exemplo, de uma relação sexual, seja ela consensual ou não. Abordagens a temas como esse é de suma importância.

Soares & Soares (2022) corroboram argumentando que se faz necessário promover um diálogo aberto no ambiente escolar, visando despertar o interesse dos alunos e criar um espaço livre de preconceitos para discutir questões relacionadas à sexualidade, desde que os professores estejam preparados para abordar esses temas de forma contínua e sensível, reconhecendo que podem surgir em diferentes momentos, mesmo que já tenham sido discutidos anteriormente. Nesse contexto, a prática docente na educação sexual precisa fornecer aos alunos um melhor entendimento de sua sexualidade e lidar com as vulnerabilidades da fase do desenvolvimento em que se encontram, e que os temas acerca da sexualidade seja tratado de forma saudável e responsável, transmitindo valores morais pertinentes no ambiente escolar.

Na análise de Pecorari, Cardoso e Figueiredo (2006), a compreensão da orientação sexual ganha relevância diante do crescente índice de doenças sexualmente transmissíveis, como HIV/AIDS, e da gravidez na adolescência. Esses fenômenos vêm apresentando um aumento constante no país desde os anos 80, evidenciando a necessidade urgente de abordar questões relacionadas à sexualidade de forma eficaz. Apesar do aumento no acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva entre os jovens, estudos mostram que isso não tem sido suficiente para mudar a realidade.

Podemos considerar uma situação hipotética em que uma escola oferece aulas regulares sobre saúde sexual e reprodutiva, incluindo informações detalhadas sobre prevenção de DSTs e gravidez na adolescência. Os alunos têm acesso a materiais educativos e participam de discussões em sala de aula sobre o tema. No entanto, mesmo com todo esse conhecimento disponível, alguns alunos ainda se envolvem em comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas, resultando em gravidez indesejada ou infecções sexualmente transmissíveis. Isso ressalta a complexidade da questão e a necessidade de abordagens mais abrangentes e

eficazes na educação sexual, de forma que, segundo Pecorari, Cardoso e Figueiredo (2006, n.p.), elas atuem como “um modificador de comportamento”.

Na BNCC (Brasil, 2018), os objetos do conhecimento são trabalhados e relacionados com um número de variável. Na próxima figura temos a disciplina de Ciências, do 1º Ano do Ensino Fundamental, onde estão dispostas as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades que devem ser trabalhadas, dentre as quais destacamos o que se referem à Educação Sexual: Corpo humano e Respeito à diversidade: EF01CI02 e EF01CI03.

Figura 2 Unidades temáticas: Vida e evolução

CIÊNCIAS – 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Vida e evolução	Corpo humano Respeito à diversidade	<p>(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.</p> <p>(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.</p> <p>(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.</p>

Fonte: BNCC (Brasil, 2018, p. 29).

A BNCC (Brasil, 2018) é um documento que traz com clareza as intencionalidades das propostas de cada objeto do conhecimento. Ao tratar do Campo das experiências “Corpo, gestos e movimentos” na Educação Infantil, a BNCC (Brasil, 2018) propõe às crianças a exploração do mundo ao seu redor (espaços e objetos) por meio de seus corpos (exploração dos sentidos e dos gestos, dos movimentos impulsivos ou intencionais, sejam eles coordenados ou espontâneos). No contexto dessas explorações, que tem como base as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), e assim descreve que,

[...] as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. (Brasil, 2018, p. 40-41).

Assim, estão definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento no campo das experiências (corpo, gestos e movimentos) destinados às crianças da Educação Infantil, respeitando-se suas limitações e prevendo seu desenvolvimento, a aquisição de saberes e conhecimentos para ele necessários.

A partir das orientações da BNCC cabe à escola oportunizar às crianças atividades de interação entre seus pares de modo que descubram e desenvolvam “variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.)” (Brasil, 2018, p. 40).

No campo das experiências “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” a BNCC (Brasil, 2018) expõe sobre a demonstração da curiosidade das crianças em relação ao mundo físico, como o seu próprio corpo, as transformações da natureza e dos materiais, sua manipulação. E também, quanto ao mundo sociocultural, no que diz respeito às relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece, a diversidade entre elas, dentre outros aspectos. Nessas descobertas é possível a escola trabalhar a Orientação Sexual.

No campo das experiências “Eu, o outro e o nós”, são três os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

(EI01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momento de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.

(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.

(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive) (Brasil, 2018, p. 45).

Em cada etapa pode-se trabalhar a Educação Sexual respeitando-se o grau de conhecimento e de compreensão do alunado. Nesse sentido, Siqueira e Nascimento (2020), consideram que o esclarecimento das diferenças anatômicas e do processo de reprodução humana para crianças é muito importante para sua compreensão do desenvolvimento biológico e sexual. Ao compreender que a fecundação resulta em uma gestação de nove meses no útero materno e que durante esse período o embrião se desenvolve e adquire todas as estruturas necessárias, incluindo o sexo, as crianças são capacitadas a entender melhor sua própria biologia e o ciclo da vida.

A partir dessa compreensão, a relação entre o texto e a BNCC sobre Educação Sexual é evidente, pois, o documento prevê o ensino de conteúdos relacionados à saúde e à sexualidade em diferentes etapas do ensino fundamental. Ao abordar temas como o desenvolvimento biológico e a formação sexual, o texto está alinhado com os objetivos da BNCC de promover uma educação sexual adequada e informativa para os alunos. Ao compreenderem sua própria sexualidade e seus direitos fundamentais, as crianças se tornam cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de enfrentar os desafios sociais e de defender seus próprios interesses. Isso contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva e informada sobre questões relacionadas à saúde e aos direitos individuais.

2.3 A importância da Educação Sexual no ensino fundamental

De modo geral, conforme afirma Silva (2015, p. 18), as questões acerca da sexualidade chegaram às escolas “nos livros didáticos, nas roupas e nas expressões dos alunos, mas também nos desenhos das portas dos banheiros, nas expressões dos professores nas regras escolares e também nas perguntas “surpresa” das crianças.”. O que significa a necessidade de tratar do tema de forma que auxilie aos estudantes a compreenderem suas experiências naturais, que se iniciam no seu nascimento – do desenvolvimento do corpo, suas transformações, desejos, sentimentos e outros temas afins.

Segundo os PCNs da Orientação Sexual (Brasil, 1998), é preciso tratar dos temas que envolvem a sexualidade, mesmo diante da complexidade que é fazê-lo e das polêmicas que geram na sociedade como um todo, e também na escola. Toda e qualquer abordagem nesse sentido, conforme assevera o próprio documento, carece de uma profunda reflexão, estudo e desenvolvimento do pensamento crítico, além do

adequado preparo do(a) professor(a) para esse tipo de debate e/ou trabalho em sala de aula.

É preciso que a escola abra espaço para discutir questões relacionadas à sexualidade, como os tabus e preconceitos presentes na própria escola e nas famílias, além de fornecer as informações corretas quanto ao trabalho do(a) professor(a), de forma que ela(a) consiga promover a aprendizagem de alunos(as) segundo os objetivos e conteúdos estabelecidos na BNCC (Brasil, 2018).

Obviamente que existem tabus, preconceitos e dificuldades entre as famílias e também professores em relação a lidar com o tema. Amaral (2007, p. 7) expõe que “essas dificuldades não se restringem somente às conversas e orientações, mas também à própria maneira como a nossa sociedade encara a sexualidade, como estabelece normas e proibições, como impõe restrições a uma expressão sexual mais livre”. Reforçando a importância de tratar a sexualidade nas escolas, Silva (2015) apresenta a seguinte argumentação:

Entendemos que a responsabilidade de educar as crianças para o entendimento sobre sexo e sexualidade é de maior responsabilidade da família do que dos professores, considerando que primeiros questionamentos se dão em seu ambiente familiar. Após a educação familiar, segue-se a educação escolar e os professores são incumbidos de compartilhar com as crianças os conhecimentos normatizados pela escola, convivendo assim com as mais diversas e emaranhadas questões que as crianças levam para a sala de aula. (Silva, 2015, p. 22).

Essa argumentação evidencia bem que a sexualidade a ser trabalhada nas escolas, é regida por documentos normatizadores da Educação, como a BNCC (2018), os PCNs (1997), a LDB 9394/96. É inteiramente provida de orientações e conhecimentos bem formulados e já selecionados para atender as crianças e estudantes nas mais diferentes faixas etárias e série escolar. Além do que, em nada exige a responsabilidade da família em acompanhar o que seus filhos e filhas estão aprendendo na escola.

Um argumento apresentado por Amaral (2007) que reforça a Educação Sexual como disciplina escolar é o quanto os programas televisivos expõem cenas que denotam permissividade sexual excessiva, uma liberdade sexual muito acentuada, com discursos sobre uma nova moral sexual, distante da repressão e do conservadorismo. Essa não é uma visão única, ao contrário, é explicitada nas reportagens que mostram a agressividade com a qual se vem tratando as mulheres e

crianças, com cenas de abusos, de machismo exacerbado, ou feminismo descabido, pedofilia e tantos outros crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes em todas as idades.

É imprescindível que nos debruçemos sobre a importância da sexualidade e sua relação com as normas sociais vigentes, a fim de promover uma evolução no entendimento da sexualidade. Este processo de reflexão e questionamento nos levará a uma nova compreensão da sexualidade, que a reconheça como um elemento intrínseco à personalidade de cada indivíduo e como um aspecto crucial para o bem-estar tanto a nível individual quanto nas interações sociais. A abordagem proposta por Amaral (2007) leva a repensar o papel da sexualidade na vida e nas relações humanas, bem como a forma como as normas sociais moldam e influenciam nossas percepções e práticas sexuais. Esta reflexão pode abrir caminho para uma nova ordem sexual, baseada na aceitação, na compreensão e no respeito mútuo, que permita que cada indivíduo viva sua sexualidade de forma autêntica e plena.

Significa dizer que a sexualidade pode aflorar bons e maus sentimentos, bons e maus comportamentos, se não for bem trabalhada, bem compreendida e respeitada. Não se trata de “abrir a mente” das crianças e adolescentes e tentar colocar nela assuntos inescrupulosos, mas sim, propiciar-lhes conhecimentos necessários para compreenderem a si mesmos e aos outros, seja em relação ao sexo (masculino e feminino), seja em relação à sexualidade e suas formas de se desenvolverem e viverem saudavelmente algo que é natural do ser humano, em cada etapa de sua vida.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo apresentamos as concepções e os caminhos metodológicos que orientam nossa investigação. A elaboração da pergunta é originada através de inquietações e dificuldades encontradas na rotina escolar e nas práticas pedagógicas no ensino sobre Educação Sexual no fundamental dos anos iniciais. A pergunta se dá a partir de um problema real e carrega significados pessoais, e também, relevância acadêmica e social. O problema de pesquisa consiste em saber qual é o espaço dado para a Educação Sexual de crianças nas séries iniciais do ensino fundamental, no contexto de implementação da BNCC, na perspectiva docente. Com base na principal questão que originou nossa investigação, apresentamos os aspectos metodológicos estabelecidos para o seu desenvolvimento e alcance dos objetivos.

Compreendemos que esta pesquisa representa uma exigência a ser cumprida para adquirir o título de mestra, bem como um meio para ampliarmos os conhecimentos e contribuir para a área da Educação, em especial, a Educação Sexual na etapa dos anos iniciais. Empreendemos, inclusive, no sentido do debate metodológico como necessidade de expandirmos os horizontes da caminhada pelos quais pensamos desenvolver o estudo em apresentação. Delinear, desse modo, os caminhos metodológicos que norteiam esta proposta.

Para Lüdke e André (2018) o conhecimento se dá a partir de dúvidas, questionamentos, curiosidades acerca do assunto em questão. Partindo dessa premissa a pesquisadora reúne esforços para pensar a problemática. Os pontos relevantes para a realização de uma pesquisa precisam considerar a promoção,

[...] do confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. (Lüdke; André, 2018, p. 2).

De acordo com Gil (2002), a pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são postos. Para o autor, existem inúmeras razões que podem levar o sujeito a realizar uma pesquisa desde a satisfação pessoal até a vontade de aprimorar algo já existente de modo mais eficiente ou eficaz.

Nesse contexto, motiva-nos a realizar essa pesquisa, o desenvolvimento de um trabalho que data de oito anos, com as primeiras séries do Ensino Fundamental, numa instituição onde a falta de material e de formação específica sobre a Educação Sexual, além da resistência de alguns/algumas docentes e até de familiares, têm deixado à margem as formas de abordagem aos temas relacionados. Nossa motivação encontra respaldo no documento PCN (Brasil, 1998), ao expor que:

A sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas. Suas manifestações são espontâneas, acontecem inevitavelmente e os professores precisam estar preparados para lidar com elas. A atitude de acolhimento a essas expressões e de disponibilidade para ouvir e responder é fundamental [...]. O trabalho de Orientação Sexual se dará, portanto, dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. A partir da quinta série, além da transversalização já apontada, a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico. Esse espaço pode ocorrer, por exemplo, na forma de uma hora-aula semanal para os alunos (dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições de cada escola). Da quinta série em diante, os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível. Isso porque, a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas sobre sexualidade e já apresentam necessidade e melhores condições para refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras. (Brasil, 1998, p. 308).

Diante disso, buscamos os elementos necessários para o desenvolvimento dessa pesquisa, conforme o desenho metodológico escolhido. A pesquisa empírica foi realizada em quatro escolas públicas de Nova Xavantina, que é um município situado no interior do estado de Mato Grosso, fundado em 14 de abril de 1944, recebendo esse nome em homenagem ao povo indígena xavante (Prefeitura Municipal de Nova Xavantina³, 2023). O último Censo do IBGE⁴ (2022) afirma que a população desse município conta de 24.345 pessoas, distribuídas numa área de 5.491,972 quilômetros quadrados.

Quanto à Educação, Nova Xavantina apresentou os seguintes dados no ano de 2021, segundo o IBGE (2022): 2.504 matrículas no ensino fundamental; 864 matrículas no ensino médio; 133 Docentes no ensino fundamental; 59 Docentes no ensino médio; 9 escolas de ensino fundamental; 3 escolas de ensino médio.

³ Disponível em: <https://www.novaxavantina.mt.gov.br/Municipio/Historia/>

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-xavantina/panorama>

A escolha de Nova Xavantina como local de pesquisa é fundamentada na escassez de estudos prévios realizados nesse cenário específico. Tal decisão é motivada pela necessidade de preencher essa lacuna de conhecimento e contribuir para a compreensão mais ampla do tema na região. A falta de investigações anteriores torna essencial explorar esse contexto para obter informações relevantes e informações significativas sobre o assunto em questão. Outro fator é a proximidade da pesquisadora com a comunidade escolar local facilitará a compreensão mais aprofundada do contexto específico da região, o que enriquecerá a análise e interpretação dos resultados. Essa justificativa ressalta a importância de considerar o contexto local e a acessibilidade para um estudo de maneira eficaz e ética.

De acordo com o portal QEd⁵ (2023), no ano de 2022, haviam 484 matrículas na creche e 443 matrículas na pré-escola.

Quadro 1. Desenho metodológico da pesquisa

Método e desenho de pesquisa	Local e público alvo	Coleta de dados
Pesquisa qualitativa, descritiva com pesquisa de campo	4 Escolas públicas do interior do Estado de Mato Grosso; Professores do 4º Ano e do 5º do Ensino Fundamental.	Aplicação de entrevistas.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo quadro apresentamos o universo de pesquisa, representado pelo quantitativo de turmas de 4º e de 5º ano das escolas que participaram nossa pesquisa de campo. A opção de pesquisar com crianças de quarta e quinta série é respaldada pelo perfil do universo de pesquisa, composto pelas turmas dessas séries do ensino fundamental. A decisão de concentrar a pesquisa nesses anos letivos é fundamental no fato de que as crianças, com idades entre 9 e 11 anos, demonstram curiosidade significativa na sala de aula em relação à temática da sexualidade, conforme observado na experiência da pesquisadora.

Investigar essa faixa etária permite compreender de maneira mais abrangente as percepções, dúvidas e necessidades dessas crianças em relação à educação sexual, contribuindo para a produção de conhecimento relevante e adequado ao contexto específico dessa fase do desenvolvimento. Essa escolha visa, assim, ampliar

⁵ Disponível Em: <https://qedu.org.br/municipio/5106257-nova-xavantina/censo-escolar>

a compreensão sobre a abordagem da sexualidade na educação e promover discussões pertinentes ao grupo etário em questão.

Os PCNs (Brasil, 1998) destacam a importância da abordagem da educação sexual de forma contextualizada e adequada ao desenvolvimento dos estudantes, e preconizam que a temática da sexualidade esteja inserida no contexto escolar de sua maneira, respeitando as diferentes faixas etárias e estágios de desenvolvimento. Ao concentrar a pesquisa nessas séries do ensino fundamental, buscamos alinhar o estudo aos princípios norteadores da legislação educacional brasileira, garantindo que uma abordagem da sexualidade seja realizada de forma ética, responsável e de acordo com as diretrizes pedagógicas condicionais. A pesquisa, assim, pode contribuir para a compreensão das necessidades específicas dessas crianças que não tangem à educação sexual, evoluindo o aprimoramento das práticas educacionais e do atendimento aos propósitos dos PCNs.

Quadro 2. Universo de pesquisa

Escolas	Turmas de 4º Ano	Turmas de 5º Ano
Monteiro Lobato	<ul style="list-style-type: none"> ● 2 salas matutino ● 1 sala – PA Safra Rural matutino ● 1 sala vespertino 	<ul style="list-style-type: none"> ● 2 salas matutino ● 1 sala – PA Safra Rural ● 1 sala vespertino
Ivo Garcia	<ul style="list-style-type: none"> ● 1 sala matutino ● 1 sala vespertino 	<ul style="list-style-type: none"> ● 1 sala matutino ● 1 sala – PA Safra Rural vespertino
JR	<ul style="list-style-type: none"> ● 1 sala matutino ● 2 salas vespertino 	<ul style="list-style-type: none"> ● 2 salas matutino ● 1 sala vespertino
Deus é Amor	<ul style="list-style-type: none"> ● 1 sala matutino ● 1 sala vespertino 	<ul style="list-style-type: none"> ● 2 salas matutino ● 2 salas vespertino

Fonte: Elaboração própria.

Cada uma dessas escolas, em cada turma do 4º e do 5º ano, tem um/a professor/a. Dessa forma, para termos uma amostra bem representativa escolhemos todas as escolas do município de Nova Xavantina, também pela disponibilidade

dessas séries nas instituições educacionais dessa localidade, tornando-as acessíveis para a condução da pesquisa de campo.

Para garantir a integridade da pesquisa e evitar qualquer conflito de interesses, serão aprovadas medidas estritas de neutralidade. A pesquisadora não ministra aulas em nenhuma das séries que serão pesquisadas, o que, de alguma forma garante uma abordagem imparcial e objetiva. Além disso, o processo de seleção das escolas e participantes foi antecipado de maneira transparente e aguardada, sem favorecimentos ou viés em relação à instituição em que a pesquisadora tenha vínculo profissional. Essas disposições visam preservar a validade e a substituição da pesquisa, garantindo a imparcialidade e a objetividade nas contribuições obtidas.

Os critérios de inclusão das escolas participantes foram, escolas: (a) localizadas em Nova Xavantina que oferecem turmas de quarta e quinta série do ensino fundamental; (b) com disponibilidade e disposição para participar da pesquisa; (c) que aceitam colaborar de maneira voluntária, proporcionando acesso aos docentes e estudantes para a realização das entrevistas; (d) que concordam com as condições éticas e metodológicas da pesquisa.

Posterior à confirmação das quatro escolas que se enquadram nos critérios de inclusão, passamos à seleção da amostra. O universo de pesquisa compreende 24 docentes. O processo de seleção da amostra de pesquisa envolveu um sorteio aleatório dentre os professores das turmas de 4º e 5º ano das escolas participantes. Inicialmente, cada escola foi considerada como uma unidade independente, sendo as turmas de 4º e 5º ano separadas para a realização do sorteio.

Como critérios de inclusão, consideramos: professores efetivos que estão em sala de aula. E como critérios de exclusão: professores efetivos que se encontram afastados ou em licença.

Na Escola Monteiro Lobato, que conta com quatro turmas (4 de 4º e 4 de 5º ano), foram sorteados 4 professores, sendo 2 de 4º e 2 de 5º ano. Na Escola Ivo Garcia, com duas turmas (2 de 4º e 2 de 5º ano), foram sorteados três professores, sendo 1 de 4º e 2 de 5º ano. Na Escola JR, que possui três turmas (1 de 4º e 2 de 5º ano), 2 professores foram sorteados, sendo 1 de 4º e 1 de 5º ano. Já na Escola Deus é Amor, com três turmas (1 de 4º e 1 de 5º ano), também foram sorteados 2 professores, 1 de 4º e 1 de 5º ano.

A saturação da amostra foi obtida ao considerarmos a quantidade de professores necessários para a representação adequada de cada escola e turma,

garantindo uma diversidade que contempla diferentes contextos e perspectivas. Dessa forma, a seleção por sorteio abrangeu um número proporcional de professores em cada escola e turma, garantindo a representatividade e a riqueza de experiências para a pesquisa.

Quadro 3. Amostra por escola

Escolas	Turmas	Quantidade de professores	Quantidade de professores selecionados por sorteio
Monteiro Lobato	4º ano	4	4 (2 do 4º ano e 2 do 5º ano)
	5º ano	4	
Ivo Garcia	4º ano	2	3 (1 do 4º ano e 1 do 5º ano)
	5º ano	2	
JR	4º ano	3	2 (1 do 4º ano e 1 do 5º ano)
	5º ano	3	
Deus é Amor	4º ano	3	2 (1 do 4º ano e 1 do 5º ano)
	5º ano	3	
Total	-	24	11

Fonte: Elaboração própria.

O contato com os participantes da pesquisa foi realizado de maneira respeitosa e ética, seguindo protocolos específicos de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Inicialmente, lançamos um comunicado às escolas, apresentando os objetivos e a relevância da pesquisa, bem como solicitando a colaboração dos professores. Este comunicado foi acompanhado de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (CAAE: 76686723.0.0000.5352), no qual os participantes tiveram informações previstas sobre a pesquisa, seus objetivos, procedimentos e os direitos assegurados. Este termo garante que os professores cumpram as informações e concordem voluntariamente com a participação na pesquisa.

Posteriormente, agendamos uma reunião presencial com a direção de cada escola para dúvidas específicas, obter a autorização formal por meio da assinatura do Termo de Autorização para a realização da pesquisa pelos professores, e discutir detalhes logísticos. Durante essa reunião, propusemos um cronograma flexível para as entrevistas individuais, levando em consideração a disponibilidade dos professores.

O agendamento das entrevistas foi realizado de forma personalizada, respeitando a agenda de cada participante. Oferecemos opções de horários e dias que sejam adequados ao cotidiano de cada docente, garantindo a flexibilidade necessária para a sua participação na pesquisa. O contato foi mantido de maneira transparente e aberta, proporcionando um ambiente propício para esclarecimento de dúvidas e construção de uma relação colaborativa entre a pesquisadora e os participantes.

Creswel (2007, p. 23) explica que são três os principais elementos técnicos de uma investigação científica, que “conduzem a sistemas e processos do projeto”, sendo eles: (1) Alegações de conhecimento alternativas (paradigmas, suposições ou metodologias – processos para estudar o fenômeno); (2) Estratégias de investigação (Projetos experimentais ou Projetos não-experimentais – como levantamentos; Narrativas, Fenomenologias, Etnografias, Teoria embasada na realidade, Estudos de caso; Sequencial, Simultânea, Transformador); (3) Métodos de pesquisa (qualitativo, quantitativo ou métodos mistos). O autor explica que as estratégias de investigação, estão condicionadas ao método de pesquisa.

“A pesquisa procura desenvolver declarações de verdades relevantes, que possam ser usadas para explicar a situação que causa preocupação ou que descreve as relações causais de interesse”, afirma Creswel (2007, p. 25). Assim, essa Dissertação de Mestrado é de abordagem qualitativa, descritiva, com pesquisa de campo, objetivando interpretar, correlacionar e discutir fatos e fenômenos relacionados à Educação Sexual nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se também de uma pesquisa documental, por ter estudado sob uma ótica inovadora documentos norteadores como a BNCC e a própria legislação.

Isto posto, Chizzotti (2003) explica que a expressão “qualitativo” denota uma imersão profunda com indivíduos, eventos e lugares que constituem os alvos da investigação, com o propósito de extrair dessas interações os significados explícitos e implícitos que só podem ser discernidos por meio de uma observação sensível. Após essa imersão, o pesquisador interpreta e transpõe para um texto cuidadosamente elaborado, com habilidade e rigor científico, os significados evidentes ou subjacentes do objeto de estudo.

Creswel (2007, p. 141) complementa e explica que a pesquisadores qualitativos se valem de teoria em seus estudos, para explicar os “comportamentos e atitudes”, podendo estes serem completados “com variáveis, construções e hipóteses”. Essas

teorias não são utilizadas como um fim em si mesmas, mas, como auxiliares na compreensão do fenômeno. Assim, utilizaremos os autores que embasam o referencial teórico para respaldar os resultados encontrados após a coleta de dados.

As seguintes características, conforme elenca Creswel (2007), desenham uma pesquisa qualitativa: ocorre em um cenário natural; usa métodos interativos para a coleta de dados para envolver os sujeitos de pesquisa; pode utilizar observações abertas, entrevistas e documentos para a coleta de dados; é fundamentalmente interpretativa, o que possibilita

[...] o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, [...]. Não é possível evitar as interpretações pessoais, na análise de dados qualitativos. O pesquisador qualitativo vê os fenômenos sociais holisticamente. Isso explica por que estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises. [...] O pesquisador qualitativo usa um raciocínio complexo e multifacetado; interativo e simultâneo. [...] O processo de pensamento também é interativo, fazendo um ciclo que vai da coleta e análise de dados até a reformulação do problema e voltando. (Creswel, 2007, p. 187).

Diante dos objetivos propostos nesta pesquisa, a mesma é de cunho descritivo, visando descrever o fenômeno da abordagem à educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental. Para Gil (2002) a pesquisa descritiva objetiva descreve determinadas características da população ou grupo e também as relações entre as variáveis ou categorias estudadas.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo tendo como local quatro escolas públicas do interior do Estado de Mato Grosso, com aplicação de entrevista aberta com professores/as de 4º e de 5º Ano do Ensino Fundamental, que concordarem participar voluntariamente da pesquisa. Creswel (2007) explica que, nas entrevistas, o pesquisador realiza encontros diretos com os participantes, conduz entrevistas telefônicas ou organiza sessões de discussão em grupo, com cerca de 6 a 8 membros em cada. Estes diálogos incluem questões abertas e pouco estruturadas, buscando capturar as percepções e opiniões dos participantes. Ao longo do processo de pesquisa, o pesquisador qualitativo pode adquirir documentos, que variam entre públicos, como jornais e relatórios oficiais, e privados, como registros pessoais, diários e correspondências eletrônicas.

Na visão de Bauer e Gaskell (2008), o contexto social não se apresenta como um dado natural sem complexidades, sendo ele ativamente moldado por indivíduos

em suas interações cotidianas, ainda que não necessariamente sob circunstâncias por eles estabelecidas. Supõe-se que essas construções representem a realidade fundamental das pessoas, seu ambiente de vivência. Nesse contexto, explicam os mesmos autores, a utilização da entrevista qualitativa para investigar e compreender o universo de vida dos entrevistados serve como ponto de ingresso para o cientista social, que então introduz estruturas interpretativas para entender as narrativas dos atores de maneira mais conceitual e abstrata, frequentemente em comparação com outras observações. A entrevista qualitativa oferece os dados primários para a análise e compreensão das interações entre os agentes sociais e suas circunstâncias. O objetivo é alcançar uma compreensão minuciosa das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

A tabela apresenta uma correspondência entre as três perguntas de pesquisa formuladas (primeira coluna) e as onze perguntas direcionadas aos professores (segunda coluna) sobre a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, com base na BNCC. Isso permite uma organização clara e direta das perguntas que abordam aspectos específicos do tema em análise, facilitando a compreensão das conexões entre os objetivos da pesquisa e as respostas dos professores entrevistados.

Tabela 3 - Correspondência entre perguntas de pesquisa e entrevista dos professores

Perguntas de Pesquisa	Perguntas correspondentes
1. O que traz a BNCC sobre o trabalho da orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, e como isso se articula com o trabalho docente, no cotidiano da escola?	<p>1. Considerando o que prevê a BNCC, como você compreende a finalidade da educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental?</p> <p>2. Enquanto docente, qual a sua opinião em relação à contribuição da educação sexual no processo de orientação sexual de alunos(as) na faixa etária, em conformidade com a BNCC?</p> <p>4. A BNCC influenciou em sua forma de abordar a educação sexual em sala de aula? Justifique sua resposta.</p> <p>5. Quais temas transversais listados na BNCC sobre educação sexual você considera mais relevantes para se trabalhar nas séries iniciais do ensino fundamental?</p>

	<p>6. Em sua opinião, os temas transversais trazidos pela BNCC contemplam o que tem explorado em sua prática docente? Justifique sua resposta.</p> <p>11. Quais sugestões você apresenta para melhorar a abordagem de assuntos da educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo como base, a BNCC?</p>
<p>2. Qual a concepção de educação sexual presente nesse cenário, segundo o planejamento e a prática docente?</p>	<p>3. Qual a sua concepção pessoal sobre a educação sexual no âmbito escolar e como você incorpora a temática em sala de aula?</p> <p>7. Como você percebe o interesse e a receptividade dos(as) alunos(as) quanto aos temas de educação sexual que trabalha com eles(as) na escola?</p> <p>8. Como você aborda os assuntos relacionados à educação sexual com seus/as alunos/as, de forma que eles/as compreendam o que está ensinando? (estratégias metodológicas, recursos e outros).</p> <p>9. Seu trabalho contribui na compreensão dos assuntos de educação sexual pelos(as) alunos(as)? Justifique sua resposta.</p> <p>10. Quais os principais desafios que você encontra para ensinar educação sexual para seus/suas alunos(as)?</p> <p>11. Quais sugestões você apresenta para melhorar a abordagem de assuntos da educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo como base, a BNCC?</p>
<p>3. Como as crianças assimilam a orientação sexual no seu processo de desenvolvimento, a partir do trabalho docente, na percepção de professores/as do ensino fundamental?</p>	<p>7. Como você percebe o interesse e a receptividade dos(as) alunos(as) quanto aos temas de educação sexual que trabalha com eles(as) na escola?</p> <p>8. Como você aborda os assuntos relacionados à educação sexual com seus/as alunos/as, de forma que eles/as compreendam o que está ensinando? (estratégias metodológicas, recursos e outros).</p> <p>9. Seu trabalho contribui na compreensão dos assuntos de educação sexual pelos(as) alunos(as)? Justifique sua resposta.</p>

	10. Quais os principais desafios que você encontra para ensinar educação sexual para seus/suas alunos(as)?
--	--

Fonte: Elaboração própria.

Assim, a coleta de dados foi realizada segundo as orientações e aprovação do Comitê de Ética da URI bem como da aceitação dos/as professores/as em participar voluntariamente da pesquisa, respondendo às entrevistas individualmente. Esta pesquisa, ao envolver os docentes em entrevistas individuais, confirma que nenhum estudo com seres humanos está isento de riscos. Para minimizar desconfortos, adotamos medidas como a garantia de confidencialidade dos sujeitos de pesquisa, promovendo um ambiente aberto e acolhedor. Os benefícios incluem a reflexão sobre práticas e a possível melhoria do ensino, além de contribuir para o avanço da Educação Sexual nos anos iniciais. Esclarecemos também aos sujeitos de pesquisa que a participação deles pode fortalecer o desenvolvimento profissional, enriquecer a compreensão educacional e estabelecer uma ligação prática-teoria. Outros benefícios abrangem a ampliação do debate educacional e a oportunidade de autoconhecimento profissional, enriquecendo sua experiência e contribuindo para o conhecimento educacional.

Após a coleta dos dados, recorreremos à análise e interpretação dos resultados, utilizando técnica de análise do discurso, que, segundo Bauer e Gaskell (2008), é uma abordagem teórica que visa examinar os discursos e textos, considerando-os como construções sociais ativas e complexas. Essa abordagem se concentra em quatro temas principais: a atenção ao próprio discurso, a compreensão da linguagem como construtiva, a ênfase no discurso como forma de ação e a consciência da organização retórica do discurso.

Primeiramente, a análise de discurso se interessa pelo discurso em si, referindo-se a todas as formas de fala e texto, seja em conversas naturais, entrevistas ou textos escritos. Os analistas de discurso se dedicam aos textos em si, em vez de vê-los como simples meios de representar uma realidade exterior. Em segundo lugar, a linguagem é considerada como construtiva, o que significa que os discursos são construídos a partir de recursos linguísticos pré-existentes. Isso implica que a escolha das palavras e formas de expressão influencia a interpretação e a construção de significados. (Bauer; Gaskell, 2008).

O terceiro aspecto da análise de discurso é sua preocupação com a função do discurso na prática social; os analistas veem o discurso como uma forma de ação social, utilizada para diversos propósitos, como acusar, se desculpar ou se apresentar de maneira aceitável; o discurso não ocorre isoladamente, mas é moldado pelo contexto interpretativo em que ocorre. Por fim, a noção de contexto interpretativo não é estática, mas envolve uma compreensão ampla das interações sociais, incluindo o entendimento das ações realizadas e das orientações dos participantes. Assim, um mesmo discurso pode ter significados distintos dependendo do contexto em que é empregado, evidenciando a natureza dinâmica e multifacetada da análise do discurso. (Bauer; Gaskell, 2008).

“Um passo final na análise de dados envolve fazer uma interpretação ou extrair significado dos dados”, afirma Creswel (2007, p. 198). Conforme explicam Bauer e Gaskell (2008), realizar uma análise de discurso implica em questionar nossas próprias suposições e a maneira como normalmente atribuímos significado às coisas. Isso requer uma postura cética e o desenvolvimento de uma “mentalidade analítica” que persiste mesmo quando não estamos analisando uma transcrição específica, e constantemente nos perguntar por que interpretamos uma passagem de determinada maneira, quais elementos do texto influenciam essa interpretação e como o texto é estruturado para persuadir o leitor, entre outras questões.

A análise do discurso, conforme delineada por Bauer e Gaskell (2008), é um processo complexo que envolve várias etapas para compreender profundamente os dados linguísticos. Inicialmente, precisamos nos familiarizar com os dados através da leitura repetida, o que lhes permite mergulhar no contexto e na estrutura dos discursos analisados. Em seguida, identificamos temas, padrões e conceitos emergentes nos dados, destacando trechos relevantes e agrupando-os de acordo com os temas comuns encontrados. Depois, buscamos interpretar os significados subjacentes aos discursos, considerando o contexto em que foram produzidos, bem como as intenções e motivações por trás das palavras escolhidas.

Por fim, sintetizamos e relatamos as descobertas de maneira clara e coerente, apresentando os temas identificados (categorias). As categorias utilizadas na codificação são determinadas pelas questões de interesse do estudo. (Bauer; Gaskell, 2008). Às vezes, essas categorias podem parecer relativamente simples, como as aqui utilizadas, que foram elaboradas a partir das perguntas e objetivos de nossa pesquisa.

Creswel (2007, p. 199) complementa que a validação dos resultados de uma pesquisa qualitativa está presente em todos os passos dessa metodologia, destacando-se um pouco mais na discussão dos dados coletados, que permite ao pesquisador “verificar a precisão e credibilidade de seus resultados”. Seguimos os seguintes passos para a realização da pesquisa de campo: elaboração dos objetivos da pesquisa (feito); definição do público (feito); planejamento de tempo (a ser programado e desenhado); levantamento de campo (a ser realizado); análise de dados (a ser realizado); divulgação dos resultados (a ser realizado).

Em anexo apresentamos: Anexo 1: Modelo de Entrevista aos Professores; Apêndice 1. Termo de Livre Esclarecido; Apêndice 2. Termo de Autorização da Instituição.

4. EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E ESCOLA: COM A PALAVRA, OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS

Nesse capítulo apresentamos as percepções derivadas das entrevistas com o total de onze perguntas, realizadas com oito professores, visando responder às três questões específicas sobre a concepção de educação sexual e a assimilação da orientação sexual pelas crianças.

Inicialmente, exploramos o que a BNCC estabelece em relação ao trabalho da orientação sexual nessas séries e como isso se relaciona com a atuação dos/as professores/as no dia a dia da escola. Em seguida, buscamos a perspectiva dos/as docentes sobre a educação sexual dentro do contexto escolar, por intermédios de seus relatos a respeito de seus planos e práticas pedagógicas. Nesta análise, destacamos as abordagens, os métodos e os recursos utilizados pelos/as professores/as para trabalhar informações sobre educação sexual, assim como suas crenças e valores subjacentes a essas práticas.

No terceiro momento, compreendemos e problematizamos a percepção dos/as professores/as sobre como as crianças incorporam a orientação sexual em seu processo de desenvolvimento. Analisamos as interações entre os/as professores/as e os/as alunos/as, os tipos de perguntas feitas pelas crianças, as respostas dos/as professores/as e o impacto percebido dessas interações no entendimento das crianças sobre orientação sexual. Essa análise nos permite compreender as complexidades e desafios associados ao ensino da educação sexual nas escolas.

Cada eixo temático foi construído a partir da análise das entrevistas com os/as docentes. No eixo “Orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental na BNCC e sua articulação com o trabalho docente”, os/as professores/as discutiram como integram as diretrizes da BNCC em suas práticas relacionadas à orientação sexual, destacando desafios e estratégias. O eixo “A conceituação da educação sexual no contexto escolar e o planejamento e da atuação docente” surgiu da compreensão dos/as professores/as sobre educação sexual e suas abordagens no planejamento e execução das atividades. Por fim, o eixo “Perspectivas dos/as professores/as sobre a assimilação da orientação sexual por crianças no ensino fundamental” foi desenvolvido com base nas opiniões dos/as docentes sobre como as crianças assimilam as práticas atreladas à temática, evidenciando a diversidade de percepções e experiências no contexto escolar.

4.1 Orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, BNCC e sua articulação com o trabalho docente

A BNCC estabelece diretrizes para a educação básica no Brasil e aborda, entre outros aspectos, o tema da orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental. Este documento traz que o trabalho de orientação sexual deve ser desenvolvido de maneira interdisciplinar, integrando-se aos conteúdos curriculares de forma transversal, enfatizando a importância de promover o respeito à diversidade, a compreensão das diferenças e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais desde os primeiros anos de escolaridade.

Nesse contexto, os/as professores/as desempenham um papel fundamental na articulação entre os conteúdos previstos na BNCC e o trabalho diário em sala de aula, cabendo-lhes criar um ambiente acolhedor e inclusivo, propiciar o diálogo aberto e o respeito às diversas formas de expressão da sexualidade humana, além de trabalhar valores como o cuidado mútuo e a não discriminação. Dessa forma, a BNCC fornece um referencial importante para orientar a prática docente em relação à educação sexual, incentivando uma abordagem que valorize as diferenças, a igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos desde os anos iniciais da educação básica.

A BNCC aborda a orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental e sua articulação com o trabalho docente no cotidiano escolar. A esse respeito, as respostas das entrevistas revelam pontos comuns e convergentes sobre a orientação sexual na BNCC e sua aplicação no contexto escolar. Três respostas selecionadas ilustram isso. A Entrevista 1 destaca que:

A BNCC dá um norteamento, mas precisa trazer mais os pró-penais para a área de educação. [...] ainda precisa abranger mais na área da BNCC, incluir mais nas leis, tá trabalhando esse tema, inserir mais para dar um norteamento, uma consciencialização de como se trabalhar essa temática.

Aqui, o entrevistado reconhece a importância da BNCC, mas aponta para a necessidade de maior detalhamento e inclusão de diretrizes legais específicas para a educação sexual.

A Entrevista 3 menciona:

Na época que eu estava fazendo faculdade, a gente estudou bastante a BNCC. [...] Ela está inserida diariamente nos conteúdos que nós trabalhamos em sala de aula. Tem abordado de uma forma muito positiva, nossos trabalhos, nossos planejamentos, nossas temáticas, e não podemos deixar de estar trabalhando a educação sexual em sala de aula.

Este entrevistado (3) também valoriza a presença da BNCC nos conteúdos escolares e vê sua abordagem como positiva, destacando a necessidade contínua de trabalhar a educação sexual nas aulas.

A Entrevista 5 afirma:

A BNCC sempre contribui, contribuiu. [...] ela direciona, ela dá um norte para nós professores. [...] sempre procuro abordar o tema de forma lúdica e no sentido principalmente de proteger os direitos dessas crianças que é de viver [...] ela deu uma abertura para que nós possamos já começar nas séries iniciais falando sobre o assunto.

Nessa fala, o entrevistado enfatiza a contribuição da BNCC ao oferecer diretrizes e um ponto de partida para discutir a educação sexual, além de sublinhar a importância de abordar o tema desde as séries iniciais de forma lúdica e protetiva.

Como pontos em comum, os entrevistados reconhecem a importância da BNCC como um guia fundamental para a educação sexual. Há um consenso sobre a necessidade de abordar a educação sexual nas escolas e a presença positiva desse documento nos conteúdos escolares; todos os entrevistados veem a BNCC como um ponto de partida importante que precisa ser complementado. Já nos pontos divergentes, a Entrevista 1 sugere que a BNCC precisa ser mais abrangente e incluir diretrizes legais adicionais, enquanto as Entrevistas 3 e 5 são mais enfáticas em considerar o documento como uma base positiva e suficiente, embora também reconheçam a necessidade de integrar essa base com abordagens práticas e lúdicas.

A BNCC (Brasil, 2018) apresenta a educação sexual como um tema transversal e fundamental no desenvolvimento integral dos/as alunos/as, e estabelece diretrizes para que as escolas abordem a sexualidade de maneira abrangente, incluindo aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais, desde as séries iniciais. Este documento deixa clara a importância de proporcionar um ambiente seguro e informativo onde as crianças possam aprender sobre o próprio corpo, relações interpessoais e questões de gênero de maneira apropriada para a sua idade.

A parceria entre escola e família é um aspecto importante que deve ser abordado não por medo de represálias ou críticas, mas porque é fundamental para o desenvolvimento pleno e integral das crianças. A colaboração entre professores/as e pais pode garantir que os/as alunos/as que estes/as possam ter na escola um espaço de diálogos ampliados, que não se restringem à cultura familiar e às suas características específicas. Esse diálogo pode desmistificar a educação sexual, mostrando-a como um componente necessário da formação integral. Entretanto, os/as

professores/as devem estar dispostos para dialogar com as famílias, explicando a importância de abordar a sexualidade de maneira aberta e informativa. Para tanto, a escola pode organizar reuniões, workshops e fornecer materiais educativos que ajudem os pais a entenderem a relevância e os benefícios de uma educação sexual que possa enriquecer e ampliar o olhar do/a estudante.

É importante reconhecer que a BNCC (Brasil, 2018) proporciona uma base essencial para a educação sexual nas escolas, mas há espaço para aprimoramentos e uma maior integração entre teoria e prática. Superar os desafios e divergências mencionados nas entrevistas requer um esforço conjunto, visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças.

A análise do discurso sobre o trabalho da orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, articulado com o trabalho docente no cotidiano da escola, revela uma variedade de perspectivas entre entrevistados; a forma como entendem e abordam a educação sexual nas escolas varia. Segundo a BNCC (Brasil, 2018), os/as alunos/as devem ser orientados/as sobre o respeito às diferenças e à diversidade, compreendendo a sexualidade como uma dimensão da vida humana, porém, na prática, sem um apoio estruturado e contínuo, essa orientação pode ser implementada de forma fragmentada e ineficaz.

Ademais, o apego do/a professor/a ao respaldo legal para trabalhar essa dimensão da vida denota um peso, em sua percepção, diferente de outros assuntos que fazem parte do cotidiano da escola. Isso porque a sexualidade ainda está cercada de tabus e, quando articulada à prática docente, fica ligada à uma formação ainda tradicionalista e moralista.

A influência da BNCC nas práticas educacionais dos/as entrevistados/as é outro ponto de divergência, posto que alguns relatam seguir as diretrizes deste documento em suas abordagens, utilizando-a como uma ferramenta principal para planejar suas aulas. No entanto, outros/as sentem que ela não oferece orientações suficientes, o que os/as leva a buscar recursos externos para complementar suas práticas. Essa dependência de materiais externos pode indicar uma necessidade de revisão e ampliação das diretrizes da BNCC para torná-las mais práticas e aplicáveis, ou até mesmo que um documento que não seja generalista a tal ponto de não dar a visibilidade necessária a determinados temas.

Um elemento importante destacado pelos/as entrevistados/as é a percepção das necessidades e curiosidades dos/as alunos/as em relação à educação sexual.

Os/as entrevistados/as enfatizam a importância de entender as questões e interesses para adaptar suas práticas educacionais de maneira adequada. Isso envolve seguir diretrizes e estar atento/a às perguntas e preocupações que os/as alunos/as trazem para o ambiente escolar.

Sob a perspectiva de uma discussão entre teoria e prática, compreendemos que o tema da sexualidade precisa ser abordado considerando as necessidades dos/as alunos/as. Para fazer isso de maneira eficaz, é essencial que professores estejam bem informados/as e preparados/as para lidar com as diversas questões que podem surgir. Teoricamente, isso significa utilizar uma abordagem integral que inclua aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais da sexualidade, sendo a prática dinâmica e responsiva, adaptando-se às necessidades específicas dos grupos e contextos. A BNCC (Brasil, 2018) corrobora com esse posicionamento, ao destacar que a educação para a sexualidade deve ser mediada por profissionais preparados/as, capazes de abordar os temas com a seriedade e a sensibilidade que merecem.

Para que a escola possa abordar esses assuntos de maneira eficaz, é importante criar um ambiente de confiança e abertura tanto com os/as alunos/as quanto com os pais. Muitas vezes, atitudes preconceituosas ou a falta de comunicação transparente por parte da escola podem levar os pais a não autorizarem a abordagem desses temas. Cabe um diálogo contínuo com as famílias, explicando a importância da educação sexual e como ela será abordada de maneira apropriada. Cabe destacar que essa prática nunca estará isenta de conflitos, e que eles podem ser utilizados enquanto impulsionadores para boas práticas. O diálogo entre família, escola e estudantes deve ser constante, e o planejamento deve ser também realizado coletivamente.

Essas perspectivas destacam a importância de entender como a BNCC pode ser tanto um guia quanto um ponto de partida para aprimorar a educação sexual nas escolas, levando em conta as necessidades e as curiosidades dos/as alunos/as ao longo de sua jornada escolar. Por outro lado, reconhece-se que, ao invisibilizar as questões de gênero, tal documento dá à questão da sexualidade um teor biologicista o que, por si só, já denuncia o posicionamento político e preocupante que o transversaliza.

Quanto às ações necessárias, nós, enquanto escola, precisamos adotar atitudes que incentivem a colaboração e a compreensão dos pais, e isso inclui:

comunicação, transparência, participação ativa, formação docente. Isso significa também informar os pais sobre os objetivos e métodos da educação sexual na escola, expondo os benefícios para o desenvolvimento integral dos/as alunos/as; compartilhar os materiais e recursos que serão utilizados, permitindo que os pais revisem e compreendam o conteúdo que será apresentado, não de forma fiscalizatória, mas colaborativa. Também: convidar os pais a participarem de reuniões sobre educação sexual, criando um espaço para discussão e esclarecimento de dúvidas; garantir que os/as professores/as estejam bem preparados/as para abordar a educação sexual, proporcionando formação contínua e recursos adequados.

Ao adotar essas medidas, podemos construir uma parceria sólida entre escola e família, promovendo uma educação sexual que seja inclusiva, informativa e benéfica para todos os alunos.

4.2A conceituação da educação sexual no contexto escolar e o planejamento e da atuação docente

Na análise de Miranda (2021), tratar das questões relacionadas à sexualidade ainda representa um desafio significativo, dado que a sociedade é repleta de tabus, preconceitos e profundamente influenciada por uma cultura mais conservadora. A ausência de políticas públicas eficazes e a falta de diálogos amplos com a sociedade sobre o tema agravam ainda mais essa situação. Diversos fatores dificultam o processo de promover o autoconhecimento e libertar esse assunto das restrições impostas por normas e visões conservadoras. Segundo a mesma autora, para a maioria dos/as professores/as, essa jornada é particularmente árdua, pois precisam constantemente enfrentar e superar as barreiras impostas por essa mentalidade conservadora.

Assim, a compreensão da concepção dos/as professores/as sobre a educação sexual no contexto escolar, bem como sobre seus planejamentos e práticas, permite reconhecermos se há o desenvolvimento de estratégias eficazes de ensino e na promoção de um ambiente educacional saudável e inclusivo.

Conforme destacado por Figueiró, Molina e Santos (2023), a educação sexual é um componente essencial para a formação integral dos/as alunos/as, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a promoção da saúde e o fortalecimento de relações interpessoais saudáveis. Nesse sentido, compreender

como os/as professores/as concebem e abordam essa temática auxilia na identificação de lacunas no processo educacional e na promoção de intervenções (por eles/as) que visem aprimorar a qualidade do ensino.

A partir dessa perspectiva, investigamos a concepção de educação sexual presente nesse cenário, conforme o planejamento e a prática docente.

A temática, o trabalho são interdisciplinares. [...] As temáticas, da maneira que vai solicitando-os, as conversas, os diálogos, a gente vai trabalhando interdisciplinar, a importância de estar trabalhando em todas as disciplinas. [...] é fundamental estar trabalhando, não só na disciplina ciência, mas interdisciplinar. [...] quando a gente trabalha na sala de aula é bastante aceito, são perguntas, faz questionamento. [...] A estratégia que eu trabalho é conversas, textos, informativos, revistas, então está trabalhando com eles. A metodologia é desenvolver em forma de conversas, textos, interpretações, perguntas e recursos são vários, são revistas, internet, livros e outros. (Entrevista 1).

Dentro da sala de aula sempre acontecem alguns momentos e que a gente tem que aproveitá-los e um dos assuntos poderia ser educação sexual e aí poderia ser uma disciplina de ciências ou em qualquer outra disciplina e a gente aproveitar o momento e tá trabalhando sobre isso, sobre a educação sexual com eles. [...] temos que ter muita tolerância. Eu costumo convidar uma pessoa que consegue explicar sobre esse assunto para eles entenderem melhor. E também a gente pode usar vídeos que sejam relevantes no sentido de que eles possam entender melhor os profissionais mesmo da saúde [...]. (Entrevista 2).

A partir dessa fala (Entrevista 2), trazemos a importância de a educação sexual ser trabalhada de forma transversal, integrando-se a diferentes disciplinas e contextos escolares, em vez de ser tratada como um conteúdo isolado ou pertencente a uma disciplina específica. Essa abordagem permite que o tema seja abordado de maneira mais natural e contínua, refletindo a complexidade e a relevância da sexualidade na vida cotidiana. Trabalhar assim, pode ajudar a desenvolver uma compreensão mais integrada entre os/as alunos/as, permitindo que temas relacionados à sexualidade sejam conectados a diversos aspectos da vida e do aprendizado. Essa metodologia promove um ambiente de aprendizagem inclusivo e acautelado, onde os/as alunos/as podem explorar e discutir questões relacionadas à sexualidade sem estigmas ou tabus. Isso também significa que o tema não pode ser trabalhado apenas sob demanda, ou a partir do olhar de um dito especialista, de fora da escola. Ao sempre terceirizar essa função, a escola também não se apropria do tema e do espaço que ele ocupa em meio às relações educacionais.

No estudo de Ciências Naturais, por exemplo, o tema da reprodução humana pode ser ampliado para incluir discussões sobre puberdade, mudanças corporais e

higiene pessoal. Ao abordar a reprodução, o/a professor/a pode discutir também os aspectos emocionais e sociais dessas mudanças, promovendo uma compreensão mais completa do desenvolvimento humano. Assim, além de aprender sobre o funcionamento biológico, os/as alunos/as são incentivados/as a refletir sobre como essas mudanças afetam suas vidas e relacionamentos.

Nas aulas de Educação Física, além das atividades físicas e esportivas, pode-se incorporar discussões sobre imagem corporal, autoestima e respeito aos corpos alheios. Ao promover atividades que envolvam trabalho em equipe e cooperação, os/as professores/as podem abordar questões de consentimento e limites pessoais. Dessa forma, os/as alunos/as aprendem sobre a importância de respeitar o próprio corpo e o dos outros, desenvolvendo habilidades sociais e emocionais fundamentais.

Ao incorporar a educação sexual de forma transversal, a escola cria um ambiente de aprendizado mais integrado, onde os/as alunos/as podem explorar e compreender a sexualidade de maneira saudável e informada. Essa abordagem pode contribuir para o desenvolvimento integral dos/as estudantes/as, preparando-os/as para lidar com as complexidades da vida adulta.

A educação sexual é um conteúdo que está sendo pouco trabalhado na escola por alguns professores de modo geral. Pelo receio, pouco pela vergonha, e não é assim que deveria estar. Os alunos, eles precisam não só desse conteúdo, de outros também, mas como isso ajudaria muito mais diminuir as meninas se tornarem mães tão cedo. [...] eu tive uma experiência em sala de aula, eu trabalhei com eles a árvore genealógica com a minha turma. Se eles conheciam os avós, as bisavós, quantos filhos tinham os parentes deles mais antigos e quantos irmãos hoje eles têm. Cada ano que passa, as famílias estão diminuindo a quantidade de filhos. [...] quando você pergunta para os adolescentes se eles vão querer ter a mesma quantidade de filhos que os pais deles tiveram, eles falam que não. Se eles tiverem, vão ser um ou dois filhos, eles sempre alegam, “quero dar uma qualidade melhor para meus filhos, que meus pais não puderam me dar”. E essas estratégias têm dado resultado. E a orientação sexual entre as crianças também tem sido muito benéfica a todos. Eu aprendo muito com eles e eles também aprendem muito comigo, no final e elas chegam em casa e ainda falam, compartilhei o que eu aprendi em sala de aula com meus pais. (Entrevista 3).

Tento ser o mais sutil, porque essa orientação tem que acontecer por parte da família, [...] a escola tem a sua contribuição nessa questão de orientar as crianças, no que diz respeito aos limites de toque de outras pessoas. Também a questão de elas terem essa consciência de viver cada momento, cada fase da vida delas. Eu aplico sempre de forma bastante lúdica, com músicas, com imagens não propriamente do ato sexual, mas de limites, de pontos no corpo, que elas não precisam necessariamente aceitar toques. [...] Os recursos que eu mais utilizo são as músicas já voltadas para essa orientação, vídeos, mas também já trabalhei com textos e imagens, [...] do conhecimento das partes do corpo, sinalização de toque [...]. (Entrevista 4).

Eu vejo, tirando uma experiência minha, que eu não tive essa oportunidade, eu acho que é muito importante que a criança aprenda de maneira correta já

nos primeiros anos da vida dela. [...] não avançar a etapa. [...] abordar quando surge algum assunto, quando percebe que há necessidade de falar e sempre assim tendo um certo cuidado para falar de acordo com a idade-série para não ultrapassar as medidas. (Entrevista 5).

Eu trabalho de acordo com as incertezas, as inseguranças e a curiosidade da criança. Mas dentro do ambiente escolar realmente não é um tema que seja trabalhado, que seja explorado. [...] Eu gosto muito de roda de bate-papo. A coisa assim que fica mais informal, e que eles se sintam mais à vontade para poder falar, não tenham medo, que eles consigam perguntar e me enxerguem não somente como a professora deles, mas alguém que está ali para poder ajudar. (Entrevista 6).

Na aula de ciência a gente aborda esse assunto com bastante cuidado e delicadeza, deixando eles tirarem as dúvidas, perguntando, e eu sempre peço para eles fazerem atividade em casa com a ajuda do pai ou da mãe, dos responsáveis, para ficar mais dinâmica essa abordagem desse assunto. É um assunto que eles se interessam bastante e interagem também. [...] Abordo esse assunto. Começo bem superficial, que é higiene pessoal e depois a gente vai buscando conteúdo fora. [...] um conteúdo mais leve e alguns eu peço ajuda dos pais, como passar atividade na lousa para eles estarem respondendo em casa. Também utilizamos vídeos, desenhos e assim a gente vai saciando os anseios de todos. (Entrevista 7).

Eu incorporo nos meus conteúdos na área de ciências, até língua portuguesa também vai, com trabalhos diversificados, atividades diversificadas, porque o livro didático em si não contém. [...] Eu trabalho muito corpo humano. A gente desenha o corpo humano e começa a explicar, falando sobre as formas, sobre o que é o órgão, e assim por diante. Mas, nada muito específico, porque existe ainda um tabu, que eu acredito que deve ser quebrado. (Entrevista 8).

As entrevistas revelam uma diversidade de abordagens e percepções sobre a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental. Em comum, os/as entrevistados/as reconhecem a importância da educação sexual e a necessidade de trabalhar o tema de maneira adequada às idades e às realidades. Também concordam que a BNCC não aborda suficientemente a educação sexual, o que leva os/as professores/as a complementar com materiais externos e estratégias próprias. Há uma ênfase na necessidade de abordar o tema de forma sutil e cuidadosa, envolvendo tanto a escola quanto a família, e utilizando métodos lúdicos e integrados às atividades escolares.

Por outro lado, nem todos implementam essas orientações da mesma forma. Alguns se concentram em temas como limites de toque e consciência corporal (Entrevista 4), enquanto outros enfatizam a importância de abordar a sexualidade de acordo com as curiosidades e inseguranças dos/as alunos/as (Entrevista 6). A abordagem pode variar desde atividades práticas, como a criação de árvores genealógicas para discutir mudanças familiares e sociais (Entrevista 3), até o uso de recursos multimídia para facilitar o aprendizado (Entrevista 7). Entendemos aqui que a padronização do ensino da temática não é um ponto desejável, haja visto a

particularidade de cada turma e contexto. Porém, ao tratar de forma ampla o tema, a BNCC deixa brecha para que as práticas permaneçam se restringindo a um exercício tímido. Por outro lado, a base, por si só, não é o único recurso a ser revisado. As falas revelam necessidade de a escola falar mais sobre o assunto, seja em meio aos seus planejamentos coletivos, seja no âmbito das ações de formação de professores/as.

Nesse contexto, Miranda (2021) afirma que é preciso pensar o trabalho de Educação Sexual na escola a partir da criação de um espaço onde os/as alunos/as possam levantar questões, problematizar e refletir, com o objetivo de formar cidadãos/ãs críticos/as, participativos/as e conscientes de sua sexualidade. Esse ambiente deve proporcionar oportunidades para o diálogo e a expressão de seus anseios, sem a necessidade de esconderem suas preocupações. Ainda assim, é possível considerarmos que a introdução da educação sexual nas escolas ainda é um tema controverso.

Conforme mencionam Soares e Soares (2022), muitos/as professores/as consideram que discutir essas questões pode ser inconveniente ou inadequado, refletindo a persistência de um tabu cultural em torno do assunto. Além disso, a parceria entre família e escola é vista como fundamental para fornecer aos/às adolescentes orientação e esclarecimentos necessários para uma vivência saudável e responsável de sua sexualidade. Contudo, é comum que os pais se sintam desconfortáveis em abordar esses temas com seus/as filhos/as, o que coloca a escola à frente para suprir essa lacuna de informação e promover discussões significativas.

A escola, então, assume um papel delicado e necessário na minimização das consequências da falta de informação sobre educação sexual. A princípio, na visão de Soares e Soares (2002), é necessário criar um ambiente escolar onde o diálogo seja incentivado, livre de preconceitos, estimulando a curiosidade dos/as alunos/as em relação à sua sexualidade, com professores/as dispostos a mediar esse debate, reconhecendo que as dúvidas e preocupações dos/as alunos/as podem surgir em diferentes momentos e situações.

No entanto, tem-se observado uma série de desafios significativos ao tentar implementar a educação sexual, como as lacunas na formação dos/as professores/as e o receio de possíveis reações negativas por parte dos pais. Por isso é essencial promover um diálogo aberto e contínuo entre a escola e as famílias (Soares; Soares, 2022).

Corroborando, Campos e Miranda (2022) expõem que o processo de educar sobre sexualidade se fundamenta primordialmente no diálogo. Dentro desse contexto, crianças e adolescentes podem variar significativamente em sua abertura para questionar e discutir questões relacionadas ao tema. Enquanto alguns/as são naturalmente curiosos/as e fazem muitas perguntas, outros/as podem ser mais reservados/as ou necessitar de um ambiente acolhedor e encorajador para expressar suas dúvidas. É essencial que todos/as sejam considerados/as nesse processo, pois estão em fase de descoberta de sua própria sexualidade, necessitando acesso a informações claras e adequadas à sua faixa etária.

O diálogo, portanto, facilita o desenvolvimento saudável da relação adulta e promove o encontro interpessoal; também é fundamental para desfazer visões distorcidas ou negativas sobre sexualidade que possam estar presentes na comunidade escolar. De acordo com Campos e Miranda (2022, p. 117),

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2014) reconhece que a educação para a sexualidade está em todos os ambientes de socialização, mas se dá de forma fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva, reconhecendo também que cabe à escola organizar e sistematizar este tema.

A escola tem um relevante papel ao retomar a educação sexual. Isso envolve proporcionar um espaço seguro e aberto para discussões honestas e informativas, ajudando jovens a entenderem suas próprias identidades sexuais e a respeitarem as diferenças. Ao adotar essa abordagem, a escola prepara alunos/as para uma vida adulta, além de fortalecer a comunicação familiar, criando um ambiente mais inclusivo e compreensivo em relação à diversidade sexual e às diversas formas de expressão de gênero, argumentam Campos e Miranda (2022).

Miranda (2021, p. 36) afirma que

[...] a Educação Sexual na escola deve promover uma visão positiva da sexualidade, desenvolvendo uma melhor relação interpessoal, através de um pensamento crítico, sabendo respeitar e compreender a si e ao outro, além de preparar o/a aluno/a para tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual. E para que tudo isso aconteça, é necessário que os docentes estejam preparados e formados adequadamente para exercerem essa temática com sucesso.

Miranda (2021) tem uma visão clara e relevante sobre a importância da Educação Sexual nas escolas, destacando seu papel em promover uma visão positiva da sexualidade e o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de pensamento crítico, sublinhando a importância de preparar os/as alunos/as para tomar decisões

responsáveis sobre sua vida sexual. No entanto, alguns pontos que merecem consideração.

Miranda (2021) sugere que a Educação Sexual deve promover uma “visão positiva da sexualidade”, mas não esclarece o que isso significa de forma prática. Uma abordagem mais específica poderia explorar como essa visão positiva se traduz em práticas pedagógicas e conteúdos educacionais. A relação entre a Educação Sexual e o desenvolvimento de habilidades interpessoais e pensamento crítico é válida, mas a autora poderia aprofundar como essas habilidades são cultivadas e de que maneira elas contribuem para o bem-estar dos/as alunos/as.

A menção à necessidade de os/as docentes estarem preparados/as e formados/as adequadamente é muito importante, mas Miranda (2021) poderia detalhar sobre o que constitui uma formação adequada, poderia incluir a necessidade de formação contínua, sensibilidade cultural, e acesso a recursos atualizados. O conceito de “decisões responsáveis” em relação à vida sexual dos/as alunos/as também é importante, mas a autora não explora o contexto em que essas decisões ocorrem, incluindo fatores sociais, culturais e econômicos que podem influenciar as escolhas dos/as alunos/as.

O tom normativo de Miranda (2021) pode sugerir que há uma única maneira correta de abordar a sexualidade e a Educação Sexual. A inclusão de uma perspectiva mais inclusiva, que reconheça a diversidade de experiências e identidades sexuais, fortaleceria a argumentação. E para complementar a da autora, podemos imaginar uma escola que implementa um programa de Educação Sexual que abrange informações biológicas sobre reprodução, questões de consentimento, identidade de gênero, orientação sexual e relações saudáveis. Neste programa, os/as docentes receberiam treinamento específico para lidar com essas temáticas de maneira sensível e inclusiva, utilizando materiais didáticos que refletem a diversidade de experiências e identidades dos alunos.

Durante uma aula sobre consentimento, por exemplo, os/as alunos/as seriam convidados/as a participar de uma discussão em grupo sobre o respeito às fronteiras pessoais e a importância de uma comunicação clara em relacionamentos. Os/as professores/as facilitariam a conversa, incentivando os/as alunos/as a compartilhar suas opiniões e experiências, enquanto esclarecem conceitos essenciais, como a diferença entre consentimento explícito e implícito. Esse tipo de abordagem promoveria uma visão positiva da sexualidade, e poderia desenvolver habilidades

interpessoais, como a empatia e o respeito pelas diferenças. Ao preparar os/as alunos/as para tomar decisões responsáveis sobre suas vidas sexuais, o programa ajudaria a criar um ambiente escolar mais inclusivo e seguro.

Complementando a visão de Miranda (2021), este exemplo demonstra como a Educação Sexual pode ir além do 'básico', abordando questões complexas de maneira que poderia preparar os/as alunos/as para enfrentar os desafios do mundo real. Reafirmando a importância de uma formação docente mais aprofundada, que seja capaz de engajar os/as alunos/as em discussões críticas e promover um entendimento mais profundo da sexualidade como parte integral do desenvolvimento humano.

Cabe destacar que a Educação para a Sexualidade não pode mais negligenciar os Estudos e Gênero e Feministas, pois é por intermédio deles que se aproximou o tema de um viés mais inclusivo, equitativo e coerente com a realidade, que é sempre pautada pela diferença.

4.3 Perspectivas de professores/as sobre a assimilação da orientação sexual por crianças no ensino fundamental

No contexto educacional é fundamental os/as professores/as se atentarem para a assimilação da orientação sexual pelas crianças, pois cabe-lhes a transmissão de conhecimentos acadêmicos e a atenção à promoção do desenvolvimento social e emocional de seus/as alunos/as, argumentam Soares e Soares (2002). A compreensão da orientação sexual faz parte desse processo, pois influencia diretamente na formação da identidade e na construção de relações interpessoais. Complementando, Miranda (2021, p. 46) afirma que,

A escola tem o papel de educar e preparar alunos e alunas para o amanhã, transformando-os em cidadãos éticos e responsáveis. Para atingir esse objetivo, a Educação Sexual os faz olhar para si mesmos e para os outros com respeito e dignidade. Diante disso, na sociedade futura, será possível ver pessoas com mais responsabilidade em suas vidas sexuais, melhores em suas relações interpessoais, com mais conhecimento de seu próprio corpo e com menos preconceito.

Os/as professores/as têm a responsabilidade de criar um ambiente onde as crianças possam explorar e compreender sua própria sexualidade, sendo este aspecto ainda mais importante diante da necessidade de enfrentar estigmas, preconceitos e desinformação que cercam a orientação sexual. Portanto,

questionamos: Como as crianças assimilam a orientação sexual no seu processo de desenvolvimento, a partir do trabalho docente, na percepção de professores/as do ensino fundamental?

As seguintes questões foram formuladas para responder à esta pergunta específica, de investigar como as crianças assimilam a orientação sexual em seu processo de desenvolvimento, a partir da perspectiva de professores/as do ensino fundamental. Indagamos sobre a percepção docente quanto ao interesse e à receptividade dos/as alunos/as em relação aos temas de educação sexual abordados em sala de aula. Isso visa entender se os/as alunos/as demonstram engajamento e participação ativa nas discussões, o que pode indicar sua assimilação dos conteúdos.

A segunda pergunta investiga as estratégias metodológicas utilizadas pelos/as professores/as para abordar os temas de educação sexual, bem como sua eficácia na compreensão, buscando entender se o trabalho do/a professor/a contribui de fato para a compreensão dos/as alunos/as sobre os assuntos relacionados à sexualidade. Na terceira pergunta buscamos identificar os desafios enfrentados pelos/as professores/as ao ensinar educação sexual para seus/as alunos/as, incluindo os obstáculos relacionados à falta de preparo, resistência, tabus, entre outros aspectos que dificultam a abordagem desses temas em sala de aula.

Quando a gente trabalha na sala de aula é bastante aceito, são perguntas, faz questionamento. É importante estar trabalhando com esses temas e são bem sugeridos e é bem aceito na sala de aula [...]. Relacionado à educação sexual, a estratégia que eu trabalho é conversas, textos, informativos, revistas, então está trabalhando com eles. A metodologia é desenvolver em forma de conversas, textos, interpretações, perguntas e recursos são vários, são revistas, internet, livros e outros. [...]. Precisa mais profissionais na área da educação para nortear o professor, fazer formação continuada. É importante trazer os profissionais para nos orientar, passando mais o que a gente pode transmitir para os alunos. (Entrevista 1).

Na verdade, eles têm muita curiosidade. Fazem muitas perguntas em relação a isso. Demonstram muito interesse. Mas a gente tem limites, [...], tem que ter muito cuidado na hora de estar falando com eles sobre sexualidade. [...] Um certo receio que a gente tem de estar falando com eles, você consegue entender o que a gente está falando, mas pra eles talvez é um pouco demais, e algumas crianças, eles podem não entender o que a gente tá falando e talvez levar para as suas famílias e distorcer todo o assunto. E essa é a nossa preocupação de tá ensinando, falando sobre educação sexual para as nossas crianças. Porque muitos alunos, eles conseguem entender o assunto direitinho, mas tem outros que já não. (Entrevista 2).

Ao abordarmos esses temas de educação sexual com hoje os discentes, sempre temos uma receptividade boa. Alguns têm vergonha, de estarem falando, mas como nós trabalhamos interdisciplinar, eles aprendem e não se sentem constrangidos. E os alunos, eles têm muito conhecimento hoje. Às vezes, as crianças não têm um diálogo com a família, mas eles têm rede social, eles conversam, fazem pesquisa nas internet, assistem vídeos, e

quando chega em sala de aulas tem um conhecimento bem amplo, então não acho difícil de trabalhar a educação sexual hoje com as turmas aqui da minha escola. [...] eu trabalho de forma interdisciplinar e a compreensão dos assuntos tem sido boa. A educação sexual é um assunto que tem se trabalhado bem nas escolas. Este ano de 2024, tivemos já várias palestras em nossa escola, com psicólogo, com assistente social, e eles também trazem bastante ideias para nós estarmos desenvolvendo em sala de aula com os alunos. Houve uma compressão boa no trabalho desenvolvido em sala de aula. Esse é um desafio, e a família. Tem família que ela já tem o pensamento dela pronto e ela não aceita outras opiniões como a da gente. Eles compreendem, mas quando eles passam para os seus pais, eles falam que a gente está interferindo na vida familiar. Já tivemos casos que quando você trabalha a educação sexual interdisciplinar, de várias formas em sala de aula, as famílias vêm na escola no modo de pensar deles, achando que a gente está ensinando a criança já ter relação sexual, e não é. Essa educação sexual não tem nada a ver com sexualidade. Tem a ver com prevenção. É pra você evitar e você ter um cuidado com o seu corpo, com a sua higiene, com a sua vida, com a sua saúde, saúde física e mental. Muito melhor, se preparando para a sua fase adulta. (Entrevista 3).

Sempre ao iniciar a abordagem, eles tendem a levar para o lado malicioso. Isso aconteceu comigo em todas as séries que passei e que fui falar sobre. Principalmente nas campanhas dos 18 de maio, quando a gente vai falar sobre o toque dos que sim, que não, o que pode, o que não pode. Mas a gente pondera isso e conduz a aula para a seriedade do assunto, dando essa aula na ludicidade, em que os alunos tem uma receptividade do tema bastante positiva, que eles acabam interagindo, já aconteceu de dentro dessas orientações, dessa abordagem, principalmente na campanha do 18 de maio, crianças revelar abusos. [...] a criança não tem essa ideia do limite até que ponto eu posso aceitar o toque de uma segunda pessoa. Muitas dessas crianças trazem traumas, às vezes por não saber, por não receber orientação.[...] Acredito eu que contribui muito só da criança ter essa percepção dos limites, do toque da segunda pessoa no próprio corpo, dela conhecer o corpinho dela, ter essa orientação de que ela deve viver cada fase da sua vida, não antecipando nenhuma, nem permitindo que outra pessoa avance sinais, por exemplo, de desgosto da parte da criança. Muitas dessas crianças são tocadas por terceiros, e elas ficam, se sentem constrangidas e não sabem como demonstrar, como apresentar, como dizer, porque na verdade essas coisas acontecem dentro do âmbito familiar ou de amizade, e aí elas se sentem submissas a receber afetos desagradáveis. O maior desafio é fazer com que elas entendam [...] orientá-la e levar a seriedade ao tema sem, sem que essa criança seja exposta, se sinta ridicularizada, sem deixar ela constrangida. Também a questão familiar, porque a criança às vezes ouve de uma forma e acaba repassando para as famílias de outra. E um outro limite também, que é um desafio também, orientar as crianças a questão do acesso às redes sociais. (Entrevista 4).

Eu percebo assim um interesse muito grande por parte dos alunos, até porque a educação sexual é uma coisa que faz parte da nossa vida, não tem como fugir. Como muitos deles não tem orientação em casa, a família não fala por algum motivo, o interesse deles é bem grande. Quase sempre, a intenção da gente é que todos tenham um bom aproveitamento. Tem um que o outro que faz uma gracinha, que não quer assimilar, mas a grande maioria tem um bom aprendizado, uma boa participação. Nós enfrentamos um certo problema com alguns alunos assim que tem um pouquinho de maldade já, que levam para o outro lado, e a família. A família tem um certo preconceito ainda quanto à instrução de educação sexual nas escolas. Então, tem que ser trabalhado também o lado da família. (Entrevista 5).

Eles têm bastante curiosidade, são crianças que têm um certo rancor ou certa dificuldade de conversar com a família a respeito do tema. Eles trazem essa curiosidade pra dentro da escola, dentro de sala de aula. E à medida que eles

vão colocando pra fora esses sentimentos, essas dúvidas, é o que eu vou trabalhando com eles. Eles entendem, eles terminam sanando essas dúvidas que eles têm. O que eles não conseguem conversar com a família, o apoio que eles não conseguem ter da família, a resposta que eles não têm é o que eles trazem para a escola, durante o nosso bate-papo. Eles conseguem realmente entender o que deve e o que não deve ser feito, como fazer e como não fazer. [...]. Ainda a questão da moralidade, ou talvez da falsa moral. O tema por ser visto ainda com complexidade pela sociedade, não ser tão explorado dentro da própria escola e não tão aceito também pela família. Essas são as dificuldades que eu encontro. A gente não pode ter assim um papo mais aberto com eles, uma aula mais aberta, porque talvez eles vão entender de forma diferente e a família também. Não compreende e acho que a gente está querendo, de repente, levar para uma outra situação. (Entrevista 6).

Eles têm bastante interesse, principalmente a turma do quinto ano, mostra até mesmo curiosidade. É um tema que a gente trabalha com bastante cuidado, porque a curiosidade deles sempre vai além do que a gente pode ser abordado em sala de aula. Sempre que eles fazem alguma coisa errada, já tentam corrigir. 'Opa, isso aqui tá errado'. Então, com certeza, contribui sim. O principal desafio é como abordar o assunto para a criança não interpretar errado e como ela vai chegar em casa e contar para os pais da forma que foi abordado o assunto. Falta de informação também dos pais, então eu tenho bastante medo e tento me resguardar de toda forma possível. (Entrevista 7).

Muitos não entendem nem o porquê, mas eles ficam muito curiosos sobre o assunto, sobre a questão, porque às vezes em casa não se fala, os pais não trabalham o assunto com os filhos, então fica uma coisa muito vaga. [...] Eu acredito que sim, porque em sala de aula a gente ensina até o aluno a sentar, se comportar, como é. As mocinhas, por exemplo, devem sentar direitinho, não usar roupinha muito curta, explicar por que, porque nem isso eles nem têm aquela noção. [...] Material pedagógico é um dos principais desafios que a gente tem. Porque existe ainda um tabu. Às vezes a gente fica até com medo de falar certas coisas com a interpretação dos pais. (Entrevista 8).

Utilizando a técnica da análise do discurso, podemos identificar diversos temas de análise que emergem das falas dos/as entrevistados/as.

(1) Aceitação e receptividade dos temas de educação sexual: Os/as entrevistados/as mencionam que os temas de educação sexual são bem aceitos pelos/as alunos/as em geral. Há uma percepção de abertura por parte das crianças para discutir e questionar sobre esses assuntos, indicando uma disposição em participar das atividades propostas, seja por curiosidade natural ou pela importância atribuída ao tema.

(2) Metodologias e estratégias de ensino: Os/as professores/as relatam utilizar uma variedade de métodos para abordar a educação sexual, incluindo conversas, textos, materiais informativos, revistas, além do uso de recursos da internet e livros. Esta diversidade de abordagens visa engajar os/as alunos/as e facilitar a compreensão dos conteúdos abordados, adaptando-se às diferentes formas de aprendizado dos estudantes. Esta categoria reflete a preocupação dos/as docentes

em diversificar os métodos para facilitar a compreensão e a assimilação dos conteúdos pelos/as alunos/as, conforme discutido por autores como Soares e Soares (2022), que enfatizam a importância de métodos educacionais dinâmicos para promover o aprendizado significativo.

(3) Desafios na abordagem da educação sexual: Vários desafios são mencionados pelos/as entrevistados/as, como o receio de abordar o tema devido à possível má interpretação por parte dos alunos ou à resistência das famílias. Há preocupações com a maneira como os/as alunos/as podem reagir e como eles/as podem levar essas informações para casa, especialmente em virtude da falta de apoio ou entendimento por parte das famílias. Conforme expõem Campos e Miranda (2022, p. 120)

[...] há grande necessidade de se comunicar abertamente com crianças e adolescentes. As informações podem chegar a eles por meio de amigos, família e escola. Contudo, [...] a família nem sempre assume seu papel na orientação de crianças e adolescentes. [...] isso acontece porque muitos pais não tiveram liberdade para conversar sobre o tema em família, quando jovens. Por essa razão, a escola, por vezes, assume sozinha a missão de falar sobre sexualidade.

Diante disso, chamou-nos a atenção a abordagem a temas específicos como o toque e abuso, levando-nos a afirmar o quanto é importante a educação sexual nas escolas, não apenas ao fornecer informações básicas sobre anatomia e fisiologia, mas também na identificação precoce de situações de violência sexual entre crianças e adolescentes. Campos e Miranda (2022) argumentam que professores e outros/as profissionais da escola frequentemente são os/as primeiros/as a perceber mudanças comportamentais, queda no desempenho escolar ou sinais físicos que podem indicar abuso. A escola se torna assim um ponto de apoio adicional, oferecendo às crianças e adolescentes acesso a adultos/as confiáveis fora de seu ambiente familiar imediato. Além de ajudar na identificação de abusos, a educação sexual trabalha na prevenção da gravidez precoce e de abortos.

Ainda segundo Campos e Miranda (2022), durante a puberdade, um período complexo de transição, os/as jovens podem começar a explorar sua sexualidade sem o suporte adequado de informação e orientação, e, o conhecimento sobre desenvolvimento sexual, contracepção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis pode capacitá-los/as a fazerem escolhas informadas e responsáveis sobre sua saúde sexual. Ainda que a temática não se aplique aos/as alunos/as de quarto e quinto ano. Dessa forma, ao integrar a educação sexual de maneira

abrangente no currículo escolar, os professores podem promover a saúde física e mental dos alunos, e contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes, capazes de lidar com questões complexas de forma segura e empática.

(4) Conhecimento prévio e curiosidade: Os/as alunos/as demonstram interesse significativo pelo tema da educação sexual, muitas vezes devido à falta de orientação em casa, o que os leva à curiosidade e ao desejo de aprender mais na escola. No entanto, há uma preocupação constante em manejar essa curiosidade de forma apropriada, evitando interpretações erradas ou mal-entendidos.

(5) Interdisciplinaridade e abordagem integral: Alguns/as professores/as destacam a importância de abordar a educação sexual de maneira interdisciplinar, integrando diferentes disciplinas e aproveitando o conhecimento prévio dos/as alunos/as adquirido através de redes sociais e outras fontes, visando contextualizar os temas e tornar a aprendizagem mais relevante e eficaz para os/as estudantes.

(6) Desafios sociais e culturais: Os/as entrevistados/as mencionam desafios relacionados à resistência das famílias e à percepção social do ensino da educação sexual. Ainda há um estigma associado ao tema em certos contextos, o que pode dificultar a implementação de uma abordagem educacional aberta.

As entrevistas refletem um cenário complexo e variado em relação ao ensino da educação sexual nas escolas, o que nos levou a perceber que há uma mistura de aceitação e desafios significativos, como a necessidade contínua de adaptação das estratégias de ensino e de envolvimento das famílias para garantir uma educação sexual de qualidade. Essas categorias demonstram como os/as professores lidam com desafios complexos ao ensinar educação sexual, integrando diversas estratégias para promover um ambiente de aprendizado respeitoso, ao mesmo tempo em que enfrentam resistências e dificuldades relacionadas à percepção social e familiar dos temas abordados.

Recorrendo à Miranda (2021) podemos afirmar sobre o papel importante da Educação Sexual nas escolas, especialmente no Ensino Fundamental, de modo que sejam trabalhadas informações básicas sobre anatomia ou reprodução, sendo também entendida como um processo mais amplo e complexo, que tem implicações diretas na formação de cidadãos/ãs conscientes e críticos/as. No contexto do Ensino Fundamental, a Educação Sexual é fundamental para moldar as atitudes e valores das crianças desde cedo. Essa etapa da educação é importante porque é durante esses anos que muitos dos preconceitos e estigmas sociais começam a se formar.

Portanto, um currículo de Educação Sexual bem estruturado tem o potencial de intervir nesse processo, promovendo uma compreensão saudável e inclusiva da sexualidade.

Miranda (2021) destaca a importância de preparar os/as alunos/as para entenderem sua própria sexualidade e mais ainda, para atuarem como agentes de mudança social, o que envolve a capacidade de reconhecer e combater preconceitos, opressões e discriminações relacionadas à sexualidade. No Ensino Fundamental, isso pode ser traduzido em lições sobre respeito, empatia, igualdade de gênero, e a importância do consentimento.

A complexidade do ensino sexual nas escolas também reside na necessidade de abordar temas sensíveis de forma adequada à idade dos/as alunos/as, mas sem subestimar sua capacidade de compreensão. Por esta razão os/as professores/as precisam estar bem preparados, para que possam e saibam discutir questões como identidade de gênero, orientação sexual, e a diversidade das relações humanas, de forma a ter essas conversas de forma mais natural e diminuir o impacto de normas sociais mais repressoras. A Educação Sexual, como descrita por Miranda (2021), deve ser uma ferramenta para combater a violência e a opressão sexual desde cedo, e no Ensino Fundamental, isso pode ser feito por meio de atividades e discussões que ensinem as crianças a identificar comportamentos abusivos e a sentir-se seguras para denunciar ou afastar-se de situações de risco.

Diante da pergunta sobre como os temas transversais da BNCC influenciam a prática docente revela uma variedade de perspectivas entre os entrevistados, alguns acreditam que a BNCC ainda precisa proporcionar mais direcionamentos e abrangência específica no que diz respeito à educação sexual, para facilitar uma orientação mais clara e eficaz aos alunos (Entrevista 1, 6, 7). Por outro lado, há quem reconheça que esses temas são contemplados em seus planejamentos de forma consistente, seguindo as orientações curriculares estabelecidas (Entrevista 3, 4, 5).

É notável que a BNCC (Brasil, 2018) aborda de maneira limitada o tema da educação sexual, deixando lacunas significativas. Essa lacuna é preocupante, pois a educação sexual é essencial para o desenvolvimento integral dos/as alunos/as, promovendo conhecimento sobre o corpo e a sexualidade, também outras questões relacionadas ao respeito, consentimento e prevenção de abusos. Por essa razão, para abordar a limitação da BNCC em relação à educação sexual, várias propostas podem ser consideradas.

Colaborar com especialistas em educação sexual no âmbito dos serviços públicos, privados e organizações não governamentais (ONGs) que possuem experiência e materiais bem desenvolvidos podem fornecer recursos adicionais, formações para alunos/as e professores/as. Estabelecer comitês de discussão sobre educação sexual, compostos por professores/as, pais, alunos/as e especialistas, pode permitir reuniões regulares para discutir a implementação da educação sexual, trocar experiências e elaborar estratégias específicas para suas comunidades. Desenvolver plataformas online e aplicativos educativos dedicados à educação sexual, acessíveis para alunos/as e pais, pode incluir fóruns de discussão, vídeos educativos, quizzes interativos e sessões ao vivo com especialistas.

Utilizar estudos de caso reais e histórias vividas como parte do currículo, incorporando relatos de jovens sobre suas experiências e análises de casos de mídia, também pode aumentar a relevância do ensino. Implementar programas de mentoria onde alunos/as mais velhos/as orientem alunos/as mais jovens sobre temas de sexualidade, pode criar um ambiente de confiança e facilitar a comunicação de informações relevantes.

Ampliar a educação sexual para incluir tópicos sobre diversidade e inclusão, como orientação sexual e identidade de gênero, pode ser realizado através de debates, grupos de discussão e campanhas escolares que promovam a compreensão e aceitação. Estimular os/as alunos/as a realizarem pesquisas e apresentarem projetos sobre saúde reprodutiva, direitos sexuais, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e os impactos da educação sexual na sociedade pode incentivar um aprendizado mais profundo e crítico. Criar e implementar políticas escolares claras sobre como a educação sexual será abordada e integrada no currículo, desenvolvidas em conjunto com a comunidade escolar e alinhadas com os valores e necessidades da escola, é essencial.

Também importante, estabelecer espaços seguros onde alunos/as possam discutir abertamente suas dúvidas e preocupações sobre sexualidade sem julgamento ou repressão, através de grupos de apoio, conselhos estudantis ou sessões de aconselhamento

Os/as professores/as sugerem várias maneiras de melhorar a abordagem de temas de educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, com base na BNCC, como a necessidade de políticas educacionais mais abrangentes sobre sexualidade, sugerindo que as leis incorporem diretrizes claras para a inclusão desses

temas no currículo. Novamente destacam a importância de conscientizar alunos/as, pais e a comunidade escolar, esperando que as decisões políticas criem um ambiente mais favorável para o ensino desses assuntos.

Outra proposta, segundo os/as entrevistados/as, seria um projeto integrado que envolva um engajamento prévio das famílias, estabelecendo um diálogo inicial sobre sexualidade no contexto familiar antes de abordar o tema formalmente na escola, para alinhar os valores familiares com os objetivos educacionais da escola, mitigando possíveis conflitos de valores entre pais e professores. Uma terceira proposta sugere o uso de metodologias mais interdisciplinares e visuais (Entrevista 3), como desenhos explicativos, para melhorar a compreensão dos/as alunos/as, estimular curiosidade natural sobre o corpo e a sexualidade, e estimular a compreensão quanto ao respeito pelos limites individuais.

Hoje os conteúdos nos livros didáticos estão tão resumidos, tão resumidos que a mal as crianças têm uma compreensão. Nós, professores, temos que levar materiais extras para conseguir fazer com que as crianças aprendam de forma mais interdisciplinar, [...]. Essa abordagem, nas séries iniciais, tem que ser trabalhado mais a maquete, o desenho do menino e da menina em tamanho grande, em sala de aula, em cartazes ou no quadro, porque eles conhecem, mas eles sempre têm curiosidade. As crianças têm curiosidade de conhecer as partes íntimas dos seus colegas, ou do menino e da menina. E se você trabalha com eles, eles vão diminuir essa curiosidade e o respeito. Porque tem que ter o respeito pelo colega. O ser humano não pode deixar de respeitar o seu limite. Cada um tem seu limite. Então, com isso, a educação precisa de estar melhorando ainda mais nessas novas temáticas da BNCC. (Entrevistado 3).

Essa sugestão evidencia uma preocupação com a qualidade e a eficácia dos materiais pedagógicos disponíveis para abordar o tema de forma completa e acessível.

A análise das respostas dos/as entrevistados/as revela um panorama diversificado de perspectivas e sugestões para aprimorar a abordagem de educação sexual nas séries iniciais. Essas visões refletem as preocupações práticas e metodológicas, além de questões mais amplas sobre valores, responsabilidades compartilhadas e a necessidade de uma educação integral que prepare os alunos de maneira adequada para as complexidades da vida contemporânea.

Com base em Campos e Miranda (2022), os progressos alcançados pelo Brasil na incorporação da Educação Sexual nas escolas e seus impactos positivos são inegáveis, contudo, ainda enfrentamos desafios significativos. Superar os preconceitos arraigados na sociedade sobre a sexualidade de crianças e

adolescentes é uma barreira considerável, sendo fundamental aprimorar a formação dos professores para que possam abordar o tema de forma mais integral, indo além do aspecto biológico. No entanto, Miranda (2021, p. 91) entende que “seria oportuno que as licenciaturas já abordassem a sexualidade em suas disciplinas e os cursos de formação continuada proporcionassem um aperfeiçoamento e especialização junto a esse tema tão regado de tabus e preconceitos”.

Tanto Miranda (2021) quanto Campos e Miranda (2022) compartilham a visão de que a Educação Sexual nas escolas é essencial, mas que ainda enfrenta desafios significativos. Estes autores reconhecem os progressos alcançados no Brasil, mas sublinham a necessidade de superar os preconceitos enraizados na sociedade em relação à sexualidade de crianças e adolescentes. E concordam que a formação adequada dos/as professores/as é prioridade para que o tema seja abordado de maneira mais abrangente, indo além do enfoque puramente biológico.

A contribuição desses pensamentos para a prática pedagógica no ensino fundamental é clara: ao integrar a sexualidade nos currículos de licenciatura e nos programas de formação continuada, os professores estarão mais bem preparados para enfrentar os tabus e preconceitos que cercam o tema. Isso, por sua vez, permitirá uma abordagem mais integral e eficaz da Educação Sexual, capacitando os/as alunos/as a compreender e viver sua sexualidade de forma digna e respeitosa, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais solidária e acolhedora.

Compreender a visão dos/as professores/as é um dos passos mais importante, em razão do papel que eles/as desempenham na mediação entre os currículos educacionais e os alunos, influenciando diretamente na construção de uma educação sexual que possa, por exemplo, reduzir a violência sexual e a gravidez na adolescência. Nesse contexto, a BNCC (Brasil, 2018) assume um papel essencial ao prover diretrizes claras e atualizadas, orientando professores na abordagem adequada desses temas sensíveis e relevantes para o desenvolvimento integral dos/as alunos/as. Investir na formação contínua dos/as professores e fomentar um diálogo aberto e informado são passos essenciais para avançar nessa agenda educacional e social no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecemos as considerações finais deste estudo sobre a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, analisadas a partir da implementação BNCC sob a perspectiva docente, visando sintetizar as principais reflexões e descobertas decorrentes da pesquisa realizada. Ao longo da investigação, buscamos responder à questão central sobre o espaço que a educação sexual ocupa dentro das práticas pedagógicas, conforme orientado pela BNCC, e como os docentes percebem e aplicam essas diretrizes em suas rotinas escolares.

A pesquisa, conduzida em quatro escolas públicas de Nova Xavantina - MT, trouxe à tona uma série de percepções significativas sobre a implementação da educação sexual nesse contexto específico. Escolhido pela escassez de estudos anteriores, esse município revelou-se um campo fértil para explorar as percepções e práticas dos professores do 4º e 5º ano, responsáveis por introduzir temas complexos e essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

As entrevistas semiestruturadas com os 8 professores selecionados revelaram diferentes níveis de assimilação e aplicação das diretrizes da BNCC, mostrando como a orientação sexual é incorporada às práticas pedagógicas. A análise do discurso, utilizada como metodologia para interpretar os dados, permitiu uma compreensão detalhada das falas dos docentes, evidenciando as construções sociais e os desafios que permeiam a educação sexual nas séries iniciais.

Essas reflexões finais recapitulam os principais resultados da pesquisa e acentuam a relevância de desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes, que estejam em consonância com as diretrizes da BNCC e que atendam às necessidades e curiosidades das crianças em relação à sexualidade. Assim, este estudo certamente contribui de maneira significativa para o debate sobre a educação sexual no ensino fundamental, propondo caminhos para um ensino que seja, ao mesmo tempo, respeitoso, informativo e formativo.

Os/as professores/as evidenciaram que a orientação sexual é tratada pela BNCC como um tema transversal e essencial para a formação integral dos alunos desde as séries iniciais do ensino fundamental. Eles/as revelaram que a BNCC destaca a necessidade de abordar a orientação sexual de maneira interdisciplinar e integrada aos conteúdos curriculares, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Quanto à finalidade do tema transversal na BNCC, este documento visa garantir que a orientação sexual seja tratada como parte fundamental da educação básica, buscando desenvolver nos alunos uma compreensão ampla da sexualidade, que inclui aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais. O objetivo é formar cidadãos conscientes de suas próprias identidades e respeitosos das diferenças, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e justa.

Em relação às contribuições para o processo de orientação sexual, as entrevistas refletem como a BNCC oferece um ponto de partida importante para que os professores abordem a educação sexual em sala de aula. Por meio das diretrizes estabelecidas, os docentes são incentivados a criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde o diálogo e o respeito às diversas formas de expressão da sexualidade sejam promovidos. A BNCC, assim, contribui para que a educação sexual não seja tratada de maneira isolada ou fragmentada, mas como parte integrante do desenvolvimento integral dos alunos, reforçando valores como igualdade de gênero e respeito aos direitos humanos.

Acerca dos desafios e sugestões, apesar do reconhecimento da importância da BNCC, as entrevistas sugerem que o documento ainda necessita de maior detalhamento e integração prática, especialmente no que tange à inclusão de diretrizes legais mais específicas e recursos que auxiliem os professores na implementação efetiva das orientações. Há também a necessidade de uma formação contínua e adequada para os docentes, para que possam abordar a educação sexual de maneira apropriada e eficaz. Os/as professores/as reconhecem que a BNCC é um documento importante na orientação do trabalho docente em relação à educação sexual, mas que há espaço para aprimoramentos, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática, e à maior participação da comunidade escolar, incluindo as famílias, nesse processo.

A análise das entrevistas revela que, embora os/as professores/as reconheçam a importância da educação sexual, a implementação ainda é limitada por uma série de fatores, como o medo de tocar em temas considerados tabu e a falta de apoio institucional. As concepções de educação sexual entre os/as docentes variam significativamente, o que reflete a ausência de uma abordagem padronizada e a necessidade de uma maior integração do tema no planejamento pedagógico. Muitos/as professores/as adotam estratégias sutis e lúdicas, preocupando-se em adaptar os conteúdos à maturidade dos/as alunos/as e em promover um ambiente

seguro para discussões. Entretanto, a fragmentação do ensino desse tema e a dependência de materiais externos indicam uma carência de recursos didáticos adequados e de formação específica para os/as docentes.

A transversalidade proposta por alguns/as professores/as, integrando a educação sexual em diferentes disciplinas, aponta para uma prática potencialmente eficaz na formação integral dos/as alunos/as. No entanto, a falta de clareza na BNCC sobre como abordar o tema de maneira concreta contribui para que essas práticas permaneçam tímidas e inconsistentes.

Assim, os/as professores/as concordam que, para que a educação sexual seja efetivamente implementada e alcance seus objetivos de formar cidadãos/ãs conscientes e saudáveis, é essencial que haja um esforço conjunto para superar os tabus culturais, promover uma formação continuada dos/as docentes e incluir diretrizes claras e abrangentes nos currículos escolares. Isso permitirá que a educação sexual seja tratada de forma integrada, respeitando as particularidades de cada contexto escolar, e que as escolas assumam um papel mais ativo e confiante na abordagem desse tema essencial para o desenvolvimento dos/as alunos/as.

A entrevista revela que os/as professores/as percebem um interesse significativo por parte dos alunos em relação aos temas de educação sexual. Essa receptividade é vista tanto de forma positiva, como um indicativo de que os alunos estão dispostos a engajar-se nas discussões, quanto de forma crítica, com os/as professores/as observando a necessidade de adaptar as abordagens para diferentes níveis de entendimento. Isso reflete a importância de explorar como essa curiosidade e interesse se traduzem na assimilação real dos conceitos sobre orientação sexual.

O discurso dos/das professores/as destaca a utilização de diversas metodologias, como conversas, textos, e materiais visuais, para abordar a educação sexual. A eficácia dessas estratégias, conforme relatado, parece variar conforme o contexto e a percepção dos alunos, mas é central para o objetivo de compreender o impacto do trabalho docente na assimilação dos conteúdos sobre orientação sexual. A análise aqui permite avaliar como essas metodologias contribuem para a construção do conhecimento e se são eficazes na promoção de uma compreensão clara e não distorcida da sexualidade.

Os desafios mencionados, como o receio de uma má interpretação pelos/as alunos/as e a resistência das famílias, são temas recorrentes nos discursos dos/as professores/as. Esses desafios revelam a complexidade envolvida na assimilação da

orientação sexual pelas crianças e destacam as tensões entre o conhecimento escolar e as influências externas, como a família e a sociedade. As falas dos/as professores/as portanto, permite aprofundar a compreensão de como essas resistências impactam o processo de desenvolvimento das crianças e a formação de suas identidades.

Outro ponto importante identificado é a demanda por formação continuada e apoio profissional para os/as professores/as. A falta de preparo e a necessidade de orientação mais aprofundada são vistas como fatores que limitam a eficácia do ensino de educação sexual. Essa falta de suporte impacta a confiança e a habilidade dos/as professores/as em abordar temas de orientação sexual de forma adequada.

Foi possível identificarmos como os/as professores/as percebem o interesse dos/as alunos/as, as estratégias que utilizam, os desafios enfrentados, e as limitações que impactam o processo educativo. Esses elementos são fundamentais para uma compreensão mais profunda da relação entre a prática docente e a assimilação dos conceitos de orientação sexual pelas crianças, revelando tanto os pontos fortes quanto as áreas que necessitam de maior atenção e desenvolvimento.

A educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, com a implementação da BNCC, tem recebido um espaço significativo nas práticas pedagógicas, permitindo aos professores/as abordar temas essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nessa perspectiva, os educadores são desafiados a integrar esses conteúdos de forma interdisciplinar e apropriada à faixa etária, respeitando o contexto social e cultural das crianças.

A BNCC reforça a necessidade de tratar a sexualidade de forma natural e educativa, abordando aspectos como o respeito ao corpo, às diversidades e à construção de relações saudáveis. No entanto, muitos/as professores/as ainda enfrentam dificuldades em implementar essas diretrizes, seja por falta de formação específica ou pelo receio de resistência por parte da comunidade escolar e das famílias. Ainda assim, há um reconhecimento crescente da importância de preparar os/as alunos/as para lidar com questões relacionadas à sexualidade desde cedo, promovendo um ambiente de aprendizado seguro e informativo. Esse espaço na educação básica visa, portanto, contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos, alinhados com os princípios éticos e de cidadania previstos na BNCC.

Nossa pesquisa buscou mostrar como os/as docentes falam sobre a educação sexual nas salas de aulas. Tendo em vista as entrevistas, percebemos que eles/as focam muito na parte da reprodução, do desenvolvimento do corpo, e que, ainda assim, têm dificuldade em tratar o assunto, denotando o desejo de ter um material para seguir e assim, abordar a temática. Ficou clara a necessidade de diálogo entre escola e família, principalmente por percebermos que os/as professores/as ensinam o que aprenderam em seu seio familiar, e tentam sanar as dúvidas das crianças repassando as informações apreendidas.

É preciso um trabalho mais aprofundado junto aos/às professores/as, para que tratem o assunto sem medo. Nesse contexto, o diálogo precisa ter a participação de docentes, familiares e alunos, para que juntos falem do assunto e resolvam as dúvidas apresentadas pelas crianças no ambiente escolar. ao escolher esse tema, por exemplo, sentimos dificuldades em falar abertamente sobre o mesmo. E nas entrevistas pudemos confirmar que essa dificuldade e o medo se fazem presentes nas falas dos/as entrevistados/as. Portanto, ponderamos a necessidade de colocar a temática no Projeto Político Pedagógico das escolas investigadas, trazer à essas escolas profissionais da Saúde que falem sobre a educação sexual para toda a comunidade escolar.

Com base nos objetivos alcançados, concluímos que a implementação da educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, conforme orientada pela BNCC, é um passo importante para o desenvolvimento integral dos/as estudantes. A pesquisa evidenciou que, embora existam desafios relacionados à formação docente e à resistência de alguns setores da comunidade escolar, o espaço dado a essa temática nas práticas pedagógicas tem potencial para promover o respeito à diversidade, à autonomia corporal e à construção de relações saudáveis desde a infância. O reconhecimento da importância dessa abordagem no contexto educacional reforça a necessidade de políticas de formação continuada para os/as professores/as e o diálogo constante com as famílias, a fim de assegurar que a educação sexual seja tratada de forma adequada, inclusiva e eficaz, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

Recomendamos que a educação sexual seja tratada de forma que docentes e alunos/as não se sintam constrangidos ao estudar as temáticas em sala de aula. para tanto, é necessária a implementação de programas de formação continuada voltados especificamente para a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental.

Esses programas devem ser desenvolvidos em parceria com especialistas na área e proporcionar aos docentes o conhecimento teórico e ferramentas práticas para abordar o tema de forma inclusiva, segura e adequada ao desenvolvimento das crianças.

Sugerimos a criação de espaços de diálogo entre a escola, as famílias e a comunidade para discutir a importância da educação sexual e alinhar expectativas. Por meio de reuniões, oficinas e materiais informativos, deve-se esclarecer os objetivos e conteúdos dessa educação, garantindo que todos os envolvidos compreendam seu papel no processo e contribuam para a construção de um ambiente escolar que respeite a diversidade e promova o bem-estar dos/as estudantes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação**. Natal - RN: EDUFRRN, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf

BRASIL. Orientação Sexual. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs**. Ministério da Educação, 1998. p. 285-335. Disponível em: https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf_

BRASIL. **Orientação Sexual**. Ministério da Educação: SEB, 1997. p. 71-110. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018.

BRITTO, Débora Souza de. Maioria da população defende educação sexual e igualdade de gênero nas escolas. **Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária** – Cenpec. Publicado em 04 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/maioria-da-populacao-defende-educacao-sexual-e-igualdade-de-genero-nas-escolas>.

CAMPOS, Isabel do Couto; MIRANDA, Jean Carlos. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura** – BOCA, Ano IV, v. 12, nº 34. Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732/513>

CORREIA, Alini Ferreira. A necessidade de educação sexual nas escolas brasileiras. *In*: RODRIGUES JÚNIOR, Oswaldo M.; et al. **Estudos em Sexualidade**, v. 2. São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade, 2020. p. 41-53.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, Fernanda. **A educação para a sexualidade nos anos iniciais**. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências em Matemática, Curitiba, 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico; MOLINA, Luana Pagano Peres; SANTOS, Welson Barbosa. **Educação Sexual: instrumento para a formação integral da pessoa.** 2023. Disponível em: <https://www.maryneidefigueiro.com.br/portal/educacao-sexual--instrumento-para-a-formacao-integral-da-pessoa>.

FRANÇA, Fabiane Freire. **A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção.** 01/04/2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual De Maringá, Maringá, 2009.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>.

GREBINSKY, Raquel Caterine **Questões de gênero e sexualidade: desafios à formação de professores para a infância.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.** SOARES; SOARES, Guacira Lopes Louro, Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MANTOVANI, Adna Mouzinho. Naturalização da violência sexual na transgeracionalidade: um estudo de revisão bibliográfica. *In*: RODRIGUES JÚNIOR, Oswaldo M.; et al. **Estudos em Sexualidade**, v. 2. São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade, 2020. p. 23-40.

MESQUITA, Adriano Santos de. **Percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGDOC), Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANA – MDHC. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Publicado em 18 maio 2020; atualizado em 01 nov. 2022. Disponível em: [ps://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes).

MIRANDA, Ana Regina Branco de. **Educação Sexual e formação de professores: uma revisão bibliográfica sistemática nas bases Capes e IBICT entre 2000 e 2020.** Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP, 2021.

OLIVEIRA, Lucilaine dos Santos. **Falar sobre “sexo” é proibido professora?: problematizando entendimentos de sexualidade com crianças dos anos iniciais.** Rio Grande: FURG, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

PECORARI, Eliane Porto Di Nucci; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; FIGUEIREDO, Tathiana Fernandes Biscuola. Orientação sexual em escolas de

ensino fundamental: um estudo exploratório. **Caderno de Psicopedagogia**, v.5, n.9 São Paulo, 2005. n.p. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492005000100002.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a Sexualidade: Discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental**. 01/12/2002 125 f. Doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, Mirtes Pacheco da. **A Educação Sexual nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Santo André**. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática). Santo André – SP: Universidade Federal do ABC, 2015.

SIQUEIRA, Wdemira Silva de Aguiar; NASCIMENTO, Maria do Livramento de Freitas. Educação Sexual: um ensino de referência no desenvolvimento da sexualidade das crianças do Ensino Fundamental. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 48, 15 dez. 2020. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/48/educacao-sexual-um-ensino-de-referencia-no-desenvolvimento-da-sexualidade-das-criancas-do-ensino-fundamental>

SOARES, Lizandra Martins; SOARES, Nandra Martins. Educação sexual no contexto escolar: vozes de professores do Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e45611326910, 2022.

VILAR, Duarte; SOUTO, Elisabete. A Educação Sexual no Contexto da Formação Profissional. **Referencial de Formação Pedagógica para Formadores/as**. Instituto do Emprego e Formação Profissional / Centro Nacional de Qualificação de Formadores, 2008. Disponível em:
https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educacao_sexual/referencial_educacao_sexual.pdf.

Anexo 1. Modelo de Entrevista com Professores

Entrevista aos Professores

Atendendo ao CAAE: 76686723.0.0000.5352, as perguntas foram elaboradas a partir dos objetivos de pesquisa que intentam, a partir da perspectiva dos(as) professores(as), compreender o espaço dado à educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental em conformidade com a BNCC, de modo mais específico, no 4º e 5º ano. Para tanto, elaboramos 11 (onze) perguntas abertas.

Dados gerais do(a) Professor(a)

Formação:

Tempo de atuação docente:

Escola e série na qual leciona:

1. Considerando o que prevê a BNCC, como você compreende a finalidade da educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental?
2. Enquanto docente, qual a sua opinião em relação à contribuição da educação sexual no processo de orientação sexual de alunos(as) na faixa etária, em conformidade com a BNCC?
3. Qual a sua concepção pessoal sobre a educação sexual no âmbito escolar e como você incorpora a temática em sala de aula?
4. A BNCC influenciou em sua forma de abordar a educação sexual em sala de aula? Justifique sua resposta.
5. Quais temas transversais listados na BNCC sobre educação sexual você considera mais relevantes para se trabalhar nas séries iniciais do ensino fundamental?
6. Em sua opinião, os temas transversais trazidos pela BNCC contemplam o que tem explorado em sua prática docente? Justifique sua resposta.
7. Como você percebe o interesse e a receptividade dos(as) alunos(as) quanto aos temas de educação sexual que trabalha com eles(as) na escola?
8. Como você aborda os assuntos relacionados à educação sexual com seus/as alunos/as, de forma que eles/as compreendam o que está ensinando? (estratégias metodológicas, recursos e outros).
9. Seu trabalho contribui na compreensão dos assuntos de educação sexual pelos(as) alunos(as)? Justifique sua resposta.
10. Quais os principais desafios que você encontra para ensinar educação sexual para seus/suas alunos(as)?
11. Quais sugestões você apresenta para melhorar a abordagem de assuntos da educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo como base, a BNCC?

Apêndice 1. Termo de Autorização para a realização da pesquisa com docentes

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu,, CPF Nº, autorizo **Aline Rodrigues Pereira** (telefone – (66) 9843-3178, e-mail: alinepedagogiafasfa@gmail.com), orientanda da Professora Doutora Eliane Cadoná, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen a realizar a pesquisa de campo, na modalidade pesquisa-ação com docentes da Educação Fundamental do Município de Rondonópolis MT. A pesquisa em questão, objetiva investigar qual é o espaço dado para a educação sexual de crianças das séries iniciais do ensino fundamental no contexto de implementação da BNCC, na perspectiva docente. E é apresentada pelo título *Educação Sexual: A realidade do planejamento docente e abordagem nas séries iniciais do ensino fundamental*.

Destaco que fui informado(a) que:

- A coleta de dados iniciará somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - (CAAE: 76686723.0.0000.5352);
- Serão obedecidas as disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos;
- Será assegurada a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantida a não utilização das informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016.

Nova Xavantina-MT, de de 2024.

Gestor(a) escolar

Apêndice 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos sujeitos (professores) da pesquisa

Caro(a) Professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: Educação Sexual: A realidade do planejamento docente e abordagem nas séries iniciais do ensino fundamental, a qual tem como objetivo geral “Investigar qual é o espaço dado para a educação sexual de crianças das séries iniciais do ensino fundamental no contexto de implementação da BNCC, na perspectiva docente”. Como percurso para o alcance de tal proposta, considerando as séries iniciais do ensino fundamental, os objetivos específicos estão delimitados em: Compreender a finalidade desse tema transversal dentro da BNCC e as contribuições que podem trazer ao processo da orientação sexual; Analisar a concepção de educação sexual presente nesse cenário, na perspectiva de docentes que atuam no ensino fundamental; Compreender como as crianças assimilam a orientação sexual no seu processo de desenvolvimento, a partir do trabalho docente, na perspectiva das/os professores que atuam no ensino fundamental. A referida pesquisa será realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Campus de Frederico Westphalen, tem como orientadora a Professora Doutora Eliane Cadoná e como pesquisadora a mestrand **Aline Rodrigues Pereira**. O convite para sua participação ocorreu a partir de você exercer a docência em turma correspondente às séries iniciais do ensino fundamental, considerando os seguintes critérios indicados para a seleção de 10 professores: a) ser professor/a do 4º ou 5º ano do ensino fundamental das escolas: Monteiro Lobato; Ivo Garcia ; JR; Deus é Amor; b) concordar em participar voluntariamente da pesquisa respondendo à entrevista proposta; c) ter tempo para responder a entrevista; d) disponibilizar documentos para complementar os dados coletados pela entrevista. Caso aceite, sua participação se dará por meio de entrevista com (11) onze perguntas abertas, que versarão sobre a temática em questão, precedido do TCLE, conforme CAAE: 76686723.0.0000.5352, assinado, com dia e horário de aplicação de entrevista acordados com os(as) professores(as). Destaco que somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Estes materiais permanecerão arquivados em absoluto sigilo, sem quaisquer tipificação e identificação por um período de cinco anos e, após, inutilizados. Os físicos, oriundos da pesquisa, serão descartados de forma ecologicamente correta, conforme lei vigente no momento e os on-line serão excluídos. Ressalta-se que sua participação é voluntária, não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora. Destaca-se também, que nenhuma pesquisa com seres humanos é isenta de riscos ou desconfortos, nesse sentido é possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: alguns docentes se sintam inibidos ou receosos para exporem suas vivências, práticas, saberes ou ainda seus materiais escritos. Diante disso, para minimizar esses riscos, medidas específicas serão adotadas para a redução destes, tais como: garantir a confidencialidade da identidade do/da docente nas informações compartilhadas, destacando a importância do diálogo aberto e criando um ambiente acolhedor durante as entrevistas individuais. Os benefícios decorrentes da sua participação incluem a oportunidade de reflexão sobre suas práticas e a possibilidade de ressignificar ou ampliar seu próprio ensino. Além disso, a pesquisa tem o potencial de contribuir para o aprimoramento do ensino na rede educacional e para o estabelecimento de novos referenciais no contexto da Educação Sexual nos anos iniciais do ensino fundamental. Outros benefícios que sua participação pode proporcionar: contribuir para o seu desenvolvimento profissional e de outros docentes, enriquecendo sua compreensão sobre práticas educacionais relacionadas à Educação Sexual; contribuir para o avanço do conhecimento na área da Educação Sexual nos anos iniciais do ensino fundamental; contribuir para o fortalecimento da comunidade acadêmica, estabelecendo uma ponte entre a teoria e a prática educacional. Mais benefícios: os resultados da pesquisa, quando divulgados, têm o potencial de ampliar o debate sobre Educação Sexual no âmbito educacional, promovendo a divulgação construtiva; o processo de reflexão durante a entrevista pode lhe proporcionar uma oportunidade única de autoconhecimento profissional, proporcionando uma compreensão mais aprofundada de suas próprias práticas. Esses benefícios adicionais visam enriquecer a sua experiência, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e profissional ao mesmo tempo em que são importantes para a produção de conhecimento na área educacional. Os

resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal. Esta pesquisa não envolve gastos financeiros por parte do pesquisado, por isso não há ressarcimento. Não está previsto indenização por sua participação, mas se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a assistência integral e gratuita, pelo tempo que for necessário, e também o direito de buscar indenização. Ao assinar este termo de consentimento, você não abrirá mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de pedir indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo. Após ser esclarecido/a sobre as informações da pesquisa, se você aceitar participar deste estudo, assine o consentimento de participação. Em caso de recusa, você não será penalizado(a). Este consentimento apresenta-se em duas vias, uma delas ficará sob sua posse e a outra sob a posse da pesquisadora. Está composto por uma página, frente e verso, portanto, solicitamos sua assinatura em ambos os versos. A qualquer momento, você poderá entrar em contato com a pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre sua participação. Pesquisadora Responsável: **Aline Rodrigues Pereira**, no endereço: Avenida Três Lagoas, n. 691, no Bairro Parque dos Buritis, Nova Xavantina-Mato Grosso, ou pelo telefone: (66)98453-3178, e-mail: alinepedagogiafasfa@gmail.com, ou ainda, com Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos (CEP), Rua Assis Brasil – Bairro Itapagé, Frederico Westphalen/RS CEP: 98-400-00, Tel.: (55) 3744. 9200 – Ramal 306, Coordenadora: Profª. Drª. Marínes Aires, Vice Coordenadora: Profª. Drª. Luci Mary Duso Pacheco, e-mail: cep@uri.edu.br. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura da Orientadora

Nova Xavantina-MT, de de 2024.